



## **Relatório de Assessoria de Imprensa**

**Período: 16/03/2021 a 17/03/2021**



<b>Índice</b>	
<b>Grande Ponto   RN</b>	
FECOMÉRCIO RN	
<b>Fecomércio e Sebrae levam 'SOS Protocolos' ao comércio de Macaíba</b>	
Notícias - 16/03/2021	5
<b>Senadinho Macaíba   RN</b>	
FECOMÉRCIO RN	
<b>Fecomércio e Sebrae levam 'SOS Protocolos' ao comércio de Macaíba</b>	
Notícias - 16/03/2021	6
<b>Macaíba no Ar   RN</b>	
FECOMÉRCIO RN	
<b>Fecomércio e Sebrae levam 'SOS Protocolos' ao comércio de Macaíba</b>	
Notícias - 16/03/2021	7
<b>SENAC   RN</b>	
SENAC RN	
<b>Mesários das eleições terão descontos em cursos do Senac RN</b>	
Notícias - 16/03/2021	8
<b>Tribuna de Notícias   RN</b>	
FECOMÉRCIO RN	
<b>Fecomércio e Sebrae levam 'SOS Protocolos' ao comércio de Macaíba</b>	
Notícias - 16/03/2021	9
<b>Tribuna de Notícias   RN</b>	
FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ	
<b>Fecomércio RN apoia campanha que visa destinar parte do imposto de renda ao fundo municipal da infância e adolescência de Natal</b>	
Notícias - 16/03/2021	10
<b>Tribuna do Norte   RN</b>	
<b>Relicitação do Aeroporto Aluizio Alves será discutida em sessão virtual no dia 12 de abril</b>	
Notícias - 16/03/2021	11
<b>Agora RN</b>	
FECOMÉRCIO RN / MARCELO QUEIROZ	
<b>Fecomércio RN apoia campanha que visa destinar parte do imposto de Renda ao Fundo Municipal da infância de Natal</b>	
Notícias - 16/03/2021	12
<b>Tribuna do Norte   RN</b>	
<b>Produtores de eventos cobram mais ações</b>	
Notícias - 17/03/2021	13
<b>Estadão   DF</b>	
<b>PEC do auxílio emergencial cria nova regra com limite para a dívida pública</b>	
Notícias - 17/03/2021	14
<b>Estadão   DF</b>	
<b>FMI e Banco Mundial querem prorrogar dívidas de pobres</b>	
Notícias - 17/03/2021	15
<b>Estadão   DF</b>	
<b>Lista de cotados a presidir a Eletrobrás tem 3 'de casa'</b>	



Notícias - 17/03/2021	16
<b>Estadão   DF</b> <b>Lista de cotados a presidir a Eletrobrás tem 3 'de casa'</b> Notícias - 17/03/2021	17
<b>Estadão   DF</b> <b>País abre em janeiro 260 mil vagas de emprego formal</b> Notícias - 17/03/2021	18
<b>Estadão   DF</b> <b>Em expansão País, energias renováveis ganham frente parlamentar no Congresso</b> Notícias - 17/03/2021	19
<b>Estadão   DF</b> <b>Com pandemia, venda de alimento saudável bate R\$ 100 bi</b> Notícias - 17/03/2021	20
<b>Estadão   RJ</b> <b>Economia fraca põe pressão sobre BC</b> Notícias - 17/03/2021	21
<b>Folha de São Paulo   DF</b> <b>Avisamos ao presidente que interferir na Petrobras teria custo pesado, diz Guedes</b> Notícias - 17/03/2021	22
<b>Folha de São Paulo   SP</b> <b>Setor produtivo vê precipitação em alta forte dos juros</b> Notícias - 17/03/2021	23
<b>Folha de São Paulo   SP</b> <b>Cesta básica fica 33% mais cara sob Bolsonaro, e lista de compras encolhe</b> Notícias - 17/03/2021	24
<b>Folha de São Paulo   SP</b> <b>Empresas de aplicativos respondem a críticas de entregador</b> Notícias - 17/03/2021	25
<b>O Globo   DF</b> <b>Agenda de reformas avança</b> Notícias - 17/03/2021	26
<b>O Globo   DF</b> <b>Aval para privatização de Eletrobras</b> Notícias - 17/03/2021	27
<b>O Globo   DF</b> <b>A pauta do congresso em 2021</b> Notícias - 17/03/2021	28
<b>O Globo   DF</b> <b>CNC aponta prioridades para retomada econômica</b> Notícias - 17/03/2021	29

## RELATÓRIO

No clipping de hoje destacamos, inicialmente, a matéria do jornal Estadão que traz a alta no número de vagas de emprego formal em janeiro deste ano. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apontam que, antes da segunda onda da pandemia no Brasil, o mercado de trabalho voltava a bater recordes de geração de empregos com carteira assinada. De acordo com os números divulgados ontem pelo Ministério da Economia, foram criadas 260.353 vagas no primeiro mês do ano, o melhor resultado para o mês na série histórica iniciada em 1992, ou seja, em 30 anos. O desempenho foi puxado pela indústria, com a criação de 90.431 postos formais, seguida pelos serviços, com 83.686 vagas; construção civil, 43.498 vagas; 32.986 na agropecuária e, no comércio, 9.848 vagas. Saiba mais na página 18 do clipping.

O jornal Folha de São Paulo aponta que a cesta básica ficou mais cara no governo Bolsonaro, e lista os alimentos que mais aumentaram o preço nos últimos anos. O texto destaca que, entre o início deste ano e o mesmo período em 2019, o preço da cesta básica subiu 32,56%. Durante a pandemia, o preço dos alimentos foi quase o triplo da inflação oficial, medida pelo IPCA. Hoje, o brasileiro gasta em média mais da metade (54,23%) do salário mínimo líquido para comprar a alimentação básica. Confira detalhes na página 24 do clipping.

O Estadão destaca a criação de nova regra com limite para a dívida pública na PEC do auxílio. A dívida pública passará a ser a principal âncora da política fiscal brasileira para garantir a sustentabilidade e enfrentamento do rombo das contas públicas. Para assegurar a sustentabilidade fiscal, a emenda prevê a necessidade de definição de uma trajetória de convergência do montante da dívida com os limites a serem definidos. Entenda na página 14 do clipping.

Em matéria do jornal O Globo, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo aponta as prioridades para a retomada econômica no Brasil. A CNC enviou 35 propostas ao Congresso que, se aprovadas, darão impulso ao setor terciário e abrirão caminho para um novo ciclo de desenvolvimento. Como prioridades, a Confederação destaca as reformas tributária e administrativa, a PEC Emergencial e os marcos legais de setores como eletricidade, gás natural, ferrovias e navegação de cabotagem. Confira mais detalhes na página 29 do clipping.



## **Imagens dos Clippings (a seguir)**

**Veículo:** Grande Ponto - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 16/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN

**Título:** Fecomércio e Sebrae levam 'SOS Protocolos' ao comércio de Macaíba **Impacto:** Positivo

**Link:** <https://grandeponto.com.br/noticia/fecomercio-e-sebrae-levam-sos-protocolos-ao-comercio-de-macaiba>

NEGÓCIOS

16/03/2021 15:37

## Fecomércio e Sebrae levam 'SOS Protocolos' ao comércio de Macaíba



[Facebook](#) [Twitter](#) [E-mail](#) [Imprimir](#) [WhatsApp](#) [Telegram](#)

O programa "SOS Protocolos" chegou, nesta terça (16), à cidade de Macaíba, na região Metropolitana de Natal. Consultores treinados pelo Sebrae RN estão visitando as lojas do comércio macaibense, orientando sobre os cuidados necessários para evitar a proliferação do Coronavírus. Na ação, capitaneada pela Fecomércio RN, Sebrae, Sindicato do Comércio Varejista de Macaíba (Sindcomércio) e CDL Macaíba, estão sendo distribuídas máscaras de pano e descartáveis, álcool gel e cartazes com orientações estão sendo fixados nos estabelecimentos.

"A orientação para a população e para os comerciantes é contínua. Desde o ano passado, com a reabertura das lojas estamos informando e orientando os consumidores, lojistas, e agora estando dando mais ênfase para que a economia macaibense não pare, sendo tudo feito com a máxima segurança", afirmou o presidente do Sindcomércio local, Luiz Lacerda, durante o momento de lançamento oficial da iniciativa, na tarde da segunda (15).

O material orientativo foi entregue na Casa do Empresário, aos presidentes do Sindcomércio, Luiz Lacerda; da CDL Macaíba, Izaias de Souza; e do prefeito da cidade, Emídio Júnior, que parabenizou a iniciativa das entidades empresariais.

"A Prefeitura está à disposição para trabalharmos de forma conjunta, de modo a que as coisas funcionem cada vez melhor. A vida do empresariado é difícil e é preciso que as instituições o fortaleçam", declarou.

O SOS Protocolos em Macaíba segue até esta quarta (17), podendo se estender até o final da semana. O programa já passou por diversos bairros de Natal e agora está ampliando a ação para os municípios do RN.

**Veículo:** Senadinho Macaíba - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 16/03/21 - **Cidade/UF:** RN  
**Título:** Fecomércio e Sebrae levam 'SOS Protocolos' ao comércio de Macaíba **Impacto:** Positivo  
**Link:** <https://senadinhomacaiba.com.br/fecomercio-e-sebrae-levam-sos-protocolos-ao-comercio-de-macaiba>

## Macaíba

### Fecomércio e Sebrae levam "SOS Protocolos" ao comércio de Macaíba

16/03/2021 | Administrador | 0 comentários | sos, comércio, fecomércio, levam, macaíba, protocolos, sebrae



O programa "SOS Protocolos" chegou, nesta terça, 16, à cidade de Macaíba, na região Metropolitana de Natal. Consultores treinados pelo Sebrae RN estão visitando as lojas do comércio macabense, orientando sobre os cuidados necessários para evitar a proliferação do Coronavírus. Na ação, capitaneada pela Fecomércio RN, Sebrae, Sindicato do Comércio Varejista de Macaíba (Sindcomércio) e CDL Macaíba, estão sendo distribuídas máscaras de pano e descartáveis, álcool gel e cartazes com orientações, estes sendo fixados nos estabelecimentos.

"A orientação para a população e para os comerciantes é contínua. Desde o ano passado, com a reabertura das lojas estamos informando e orientando os consumidores, lojistas, e agora estamos dando mais ênfase para que a economia macabense não pare, sendo tudo feito com a máxima segurança", afirmou o presidente do Sindcomércio local, Luiz Lacerda, durante o momento de lançamento oficial da iniciativa, na tarde da segunda, 15.

O material orientativo foi entregue na Casa do Empresário, aos presidentes do Sindcomércio, Luiz Lacerda, da CDL Macaíba, Izaias de Souza; e do prefeito da cidade, Emídio Júnior, que parabenizou a iniciativa das entidades empresariais.

"A Prefeitura está à disposição para trabalharmos de forma conjunta, de modo a que as coisas funcionem cada vez melhor. A vida do empresariado é difícil e é preciso que as instituições o fortaleçam", declarou.

O SOS Protocolos em Macaíba segue até esta quarta, 17 de março, podendo se estender até o final da semana. O programa já passou por diversos bairros de Natal e agora está ampliando a ação para os municípios do RN.



**Veículo:** Macaíba no Ar - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 16/03/21 - **Cidade/UF:** RN  
**Título:** Fecomércio e Sebrae levam 'SOS Protocolos' ao comércio de Macaíba **Impacto:** Positivo  
**Link:** <http://macaibanoar.com.br/fecomercio-e-sebrae-levam-sos-protocolos-ao-comercio-d-e-macaiba>

16  
MARÇO

## Fecomércio e Sebrae levam “SOS Protocolos” ao comércio de Macaíba

Escrito por [Administrador](#)

Sem Categoria

Leave a Comment



O programa “SOS Protocolos” chegou, nesta terça, 16, à cidade de Macaíba, na região Metropolitana de Natal. Consultores treinados pelo Sebrae RN estão visitando as lojas do comércio macaibense, orientando sobre os cuidados necessários para evitar a proliferação do Coronavírus. Na ação, capitaneada pela **Fecomércio RN**, Sebrae, Sindicato do Comércio Varejista de Macaíba (Sindcomércio) e CDL Macaíba, estão sendo distribuídas máscaras de pano e descartáveis, álcool gel e cartazes com orientações estão sendo fixados nos estabelecimentos.

“A orientação para a população e para os comerciantes é contínua. Desde o ano passado, com a reabertura das lojas estamos informando e orientando os consumidores, lojistas, e agora estando dando mais ênfase para que a economia macaibense não pare, sendo tudo feito com a máxima segurança”, afirmou o presidente do Sindcomércio local, Luiz Lacerda, durante o momento de lançamento oficial da iniciativa, na tarde da segunda, 15.

O material orientativo foi entregue na Casa do Empresário, aos presidentes do Sindcomércio, Luiz Lacerda; da CDL Macaíba, Izaias de Souza; e do prefeito da cidade, Emídio Júnior, que parabenizou a iniciativa das entidades empresariais.

“A Prefeitura está à disposição para trabalharmos de forma conjunta, de modo a que as coisas funcionem cada vez melhor. A vida do empresariado é difícil e é preciso que as instituições o fortaleçam”, declarou.

O SOS Protocolos em Macaíba segue até esta quarta, 17 de março, podendo se estender até o final da semana. O programa já passou por diversos bairros de Natal e agora está ampliando a ação para os municípios do RN.

Share on:



**Veículo:** Senac RN - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 16/03/21 - **Cidade/UF:** RN  
**Título:** Mesários das eleições terão descontos em cursos do Senac RN **Impacto:** Positivo  
**Link:** [https://rn.senac.br/noticias/Mesarios\\_das\\_Eleicoes\\_terao\\_descontos\\_em\\_cursos\\_do\\_Senac\\_RN](https://rn.senac.br/noticias/Mesarios_das_Eleicoes_terao_descontos_em_cursos_do_Senac_RN)

## 16/03/2021 - MESÁRIOS DAS ELEIÇÕES TERÃO DESCONTOS EM CURSOS DO SENAC RN

O Senac RN firmou uma parceria com o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN), que vai oferecer descontos em cursos da instituição para os mesários que trabalharem nas eleições. O benefício também será oferecido aos magistrados e servidores do Tribunal e seus dependentes legais.

Serão ofertados descontos em todos os cursos ministrados no estado, exceto na categoria de ensino à distância (EAD), nos seguintes percentuais:

- 15% de desconto para titulares (mesários, magistrados e servidores)
- 10% de desconto para os dependentes legais dos titulares

The graphic is a promotional banner for the agreement between Senac RN and TRE-RN. It features a blue and orange color scheme. At the top left, the text 'Convênio Senac RN' is written in large white and blue letters, with 'TRE-RN' below it. To the right is the logo of the Tribunal Regional Eleitoral-RN, which consists of a stylized globe and the text 'Tribunal Regional Eleitoral-RN'. Below the main title, there are two large percentage boxes: a blue box with '15%' and an orange box with '10%'. Each box contains text describing the discount eligibility. At the bottom, there is a disclaimer and contact information.

**Convênio  
Senac RN**  
**TRE-RN**

**15%**  
PARA MAGISTRADOS, SERVIDORES,  
DEMAIS MEMBROS E MESÁRIOS NOS  
CURSOS MINISTRADOS PELO SENAC/RN,  
EXCETO PARA MODALIDADE EAD.

**10%**  
PARA OS DEPENDENTES LEGAIS,  
INDIVIDUALMENTE, DOS TITULARES NOS  
CURSOS MINISTRADOS PELO SENAC/RN,  
EXCETO PARA MODALIDADE EAD.

\*Desconto não cumulativo com qualquer outro tipo de desconto porventura concedido pela Instituição.

Consulte condições: [rn.senac.br](http://rn.senac.br)

Informações:  
**84 4005.1058**

Fecomércio RN  
Sesc | Senac

Senac

**Veículo:** TRIBUNA DE NOTÍCIAS - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 16/03/21

**Título:** Fecomércio e Sebrae levam 'SOS Protocolos' ao comércio de Macaíba **Impacto:** Positivo

**Link:** <http://www.tribunadenoticias.com.br/2021/03/fecomercio-e-sebrae-levam-sos.html>

## FECOMÉRCIO E SEBRAE LEVAM “SOS PROTOCOLOS” AO COMÉRCIO DE MACAÍBA

16 março



O programa “SOS Protocolos” chegou, nesta terça, 16, à cidade de Macaíba, na região Metropolitana de Natal. Consultores treinados pelo Sebrae RN estão visitando as lojas do comércio macaibense, orientando sobre os cuidados necessários para evitar a proliferação do Coronavírus. Na ação, capitaneada pela Fecomércio RN, Sebrae, Sindicato do Comércio Varejista de Macaíba (Sindcomércio) e CDL Macaíba, estão sendo distribuídas máscaras de pano e descartáveis, álcool gel e cartazes com orientações estão sendo fixados nos estabelecimentos.

“A orientação para a população e para os comerciantes é contínua. Desde o ano passado, com a reabertura das lojas estamos informando e orientando os consumidores, lojistas, e agora estando dando mais ênfase para que a economia macaibense não pare, sendo tudo feito com a máxima segurança”, afirmou o presidente do Sindcomércio local, Luiz Lacerda, durante o momento de lançamento oficial da iniciativa, na tarde da segunda, 15.

O material orientativo foi entregue na Casa do Empresário, aos presidentes do Sindcomércio, Luiz Lacerda; da CDL Macaíba, Izaias de Souza; e do prefeito da cidade, Emídio Júnior, que parabenizou a iniciativa das entidades empresariais.

“A Prefeitura está à disposição para trabalharmos de forma conjunta, de modo a que as coisas funcionem cada vez melhor. A vida do empresariado é difícil e é preciso que as instituições o fortaleçam”, declarou.

O SOS Protocolos em Macaíba segue até esta quarta, 17 de março, podendo se estender até o final da semana. O programa já passou por diversos bairros de Natal e agora está ampliando a ação para os municípios do RN.

**Veículo:** TRIBUNA DE NOTÍCIAS - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 16/03/21

**Título:** Fecomércio RN apoia campanha que visa destinar parte do imposto de renda ao fundo municipal da infância e adolescência de Natal **Impacto:** Positivo

**Link:** <http://www.tribunadenoticias.com.br/2021/03/fecomercio-rn-apoia-campanha-que-visa.html>

## FECOMÉRCIO RN APOIA CAMPANHA QUE VISA DESTINAR PARTE DO IMPOSTO DE RENDA AO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE NATAL

16 março



A Fecomércio Rio Grande do Norte está apoiando a campanha “Restitua Amor”, promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado à Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social (Semtas). O secretário titular da Semtas, Adjuto Dias, fez o convite para a parceria ao presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, em reunião na sede da Federação nesta terça-feira (16).

A campanha “Restitua Amor” tem o objetivo de destinar parte do pagamento do Imposto de Renda de pessoas físicas ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA). A doação acontece da seguinte maneira: finalizando a declaração do Imposto de Renda na Modalidade Completa, o contribuinte tem a opção de destinar até 3% do valor a ser pago à União para o Fundo da Infância e Adolescência, e o valor é transferido direto pela Receita Federal para o fundo.

“O contribuinte que aderir a essa alternativa, continuará pagando seus impostos, sem nenhum acréscimo. E esses 3% dos impostos pagos serão efetivamente gastos, com ações voltadas para aqueles que são o nosso futuro: as crianças e adolescentes. É uma forma de o cidadão enxergar que os seus impostos pagos estão realmente fazendo a diferença na sua cidade”, declarou Marcelo Queiroz, lembrando ainda que o que não for destinado ao fundo vai direto para a Fazenda Nacional. Segundo a equipe da Semtas, há, em Natal, um potencial de arrecadação da ordem de R\$ 38 milhões por ano para o fundo mas, no ano passado, só foram efetivamente destinados pouco mais de R\$ 190 mil.

O presidente autorizou a ampla divulgação da campanha junto ao mailing de empreendedores da entidade e, ainda, junto aos colaboradores de todo Sistema Fecomércio RN, por meio de todos os canais disponíveis.

O montante enviado pela Receita Federal ao FIA será destinado às instituições amparadas pelo Comdica, que promovem projetos e ações que reforcem os direitos das crianças e adolescentes do município. O recebimento das declarações do Imposto de Renda começou no dia 1º de março e seguem até o dia 30 de abril.

Para conhecer o programa e tirar dúvidas de como destinar o IR ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, basta acessar as redes sociais da Comdica Natal, visitar a sede localizada na Rua Trairi, 784, Petrópolis, das 8h às 14h, ou ainda pelo telefone (84) 3223-3333.

**Veículo:** Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 16/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN  
**Título:** Relicitação do Aeroporto Aluizio Alves será discutida em sessão virtual no dia 12 de abril **Impacto:** Neutro  
**Link:** <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/relicitaa-a-o-do-aeroporto-alua-zio-alv-es-sera-discutida-em-sessa-o-virtual-no-dia-12-de-abril/505340>

## Relicitação do Aeroporto Aluizio Alves será discutida em sessão virtual no dia 12 de abril

Publicação: 2021-03-16 14:57:00

O processo de relicitação do Aeroporto Internacional Governador Aluizio Alves, em São Gonçalo do Amarante, será discutido em sessão pública virtual, por videoconferência, em 12 de abril, às 14h30. Em março de 2020, a concessionária Inframérica comunicou a devolução da administração do terminal aéreo. A nova concessão do aeroporto visa a trazer segurança jurídica aos contratos e permitir a continuidade da prestação dos serviços até que nova empresa, vencedora do certame, assuma as operações do aeroporto.



Créditos: Adriano Abreu

**saiba mais**

- Anac abrirá, nos próximos dias, consulta pública a por 45 dias para relicitação de Aeroporto do RN
- Relicitação do Aeroporto de Natal deve avançar este mês, com audiência pública; mas nova empresa só deve assumir em fevereiro de 2022
- "O aeroporto já era deficitário antes da pandemia e continua", diz Rogério Coimbra
- Aeroporto de Natal será relicitado até dezembro, diz ministro
- Aeroporto tem desequilíbrio de R\$ 20,5 milhões na pandemia e Anac autoriza revisão de contrato

A audiência pública virtual será realizada por meio da ferramenta Cisco Webex, e as inscrições dos interessados que desejem se manifestar verbalmente durante a sessão deverão ser efetuadas até as 18h do dia 6 de abril pelo e-mail [secretaria.geral@anac.gov.br](mailto:secretaria.geral@anac.gov.br). As inscrições deverão ser validadas pela Assessoria Técnica (ASTE) da ANAC por meio de testes de conexão de áudio e vídeo da ferramenta Cisco Webex junto aos interessados.

A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) submeteu à Consulta Pública nº 2/2021, desde esta segunda-feira (15) e até o dia 29 de abril, as minutas do edital de licitação e contrato de concessão, respectivos anexos

e Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEAs) relativos à concessão da ampliação, manutenção e exploração do aeroporto.

A expectativa da Inframérica, segundo o diretor de assuntos corporativos Rodrigo Coimbra, é que a nova operadora assuma as operações em fevereiro de 2022. A nova licitação deve acontecer até o fim deste ano, mas ainda será necessário um período de transição entre as empresas.

A concessionária venceu o leilão para administrar o terminal aéreo em 2011 com a proposta de R\$ 170 milhões, égio de 228,82% sobre o valor mínimo estipulado pela Anac. Ficou com a Inframérica a obrigação de construir quase 100% do aeroporto, que foi inaugurado em 2014, pouco antes do início da Copa do Mundo.

Em março de 2020, a empresa argentina alegou déficit financeiro do aeroporto e pediu a devolução do equipamento à União.

### Minutas dos documentos jurídicos

As minutas dos documentos jurídicos, edital e contrato de concessão, do processo de relicitação do aeroporto poderão ser acessadas nas páginas Consultas Públicas em andamento e Concessões de Aeroportos (seção "Concessões em andamento"), ambas no portal da ANAC. Os EVTEAs do aeroporto poderão ser acessados no site da Secretaria de Aviação Civil do Ministério da Infraestrutura (SAC/Mintra) em [ftp://ftp.aeroportos.transportes.gov.br](http://ftp://ftp.aeroportos.transportes.gov.br) (veja como acessar clicando no link <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/conteudo/banco-de-dados>).

As contribuições para a relicitação do Aeroporto São Gonçalo do Amarante deverão ser encaminhadas à ANAC por meio de formulário eletrônico próprio, disponível no endereço eletrônico indicado, até as 18 horas do dia 29 de abril de 2021, sendo obrigatório especificar os itens para os quais deseja apresentar contribuição.

Caso seja necessário anexar arquivos às contribuições, esse conteúdo deverá se restringir a informações, estudos, tabelas e demais subsídios, desde que diretamente relacionados aos itens mencionados no formulário. Dívidas relativas ao processo de concessão deverão ser encaminhadas ao endereço eletrônico [relicacao.asga@anac.gov.br](mailto:relicacao.asga@anac.gov.br).

A consulta pública do aeroporto será concluída pela ANAC e contará com a participação de SAC/Mintra, órgão responsável pelos EVTEAs do terminal.

**Veículo:** Agora RN - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 17/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN

**Título:** Fecomércio RN apoia campanha que visa destinar parte do imposto de Renda ao Fundo Municipal da infância de Natal

**Impacto:** Positivo

**Link:** <https://agorarn.com.br/ultimas/fecomercio-rn-apoia-campanha-que-visa-destinar-parte-do-imposto-de-renda-ao-fundo-municipal-da-infancia-e-adolescencia-de-natal>

Renda

## Fecomércio RN apoia campanha que visa destinar parte do Imposto de Renda ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Natal

Campanha tem o objetivo de destinar parte do pagamento do Imposto de Renda de pessoas físicas ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA)

Redação

17/03/2021 | 01:55



Sede da Fecomércio/RN - Foto: Josê Aldair / Agora RN

A Fecomércio Rio Grande do Norte está apoiando a campanha “Restitua Amor”, promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado à Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social (Semtas). O secretário titular da Semtas, Adjuto Dias, fez o convite para a parceria ao presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, em reunião na sede da Federação nesta terça-feira (16).

A campanha “Restitua Amor” tem o objetivo de destinar parte do pagamento do Imposto de Renda de pessoas físicas ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA). A doação acontece da seguinte maneira: finalizando a declaração do Imposto de Renda na Modalidade Completa, o contribuinte tem a opção de destinar até 3% do valor a ser pago à União para o Fundo da Infância e Adolescência, e o valor é transferido direto pela Receita Federal para o fundo.

“O contribuinte que aderir a essa alternativa, continuará pagando seus impostos, sem nenhum acréscimo. E esses 3% dos impostos pagos serão efetivamente gastos, com ações voltadas para aqueles que são o nosso futuro: as crianças e adolescentes. É uma forma de o cidadão enxergar que os seus impostos pagos estão realmente fazendo a diferença na sua cidade”, declarou Marcelo Queiroz, lembrando ainda que o que não for destinado ao fundo vai direto para a Fazenda Nacional. Segundo a equipe da Semtas, há, em Natal, um potencial de arrecadação da ordem de R\$ 38 milhões por ano para o fundo mas, no ano passado, só foram efetivamente destinados pouco mais de R\$ 190 mil.

O presidente autorizou a ampla divulgação da campanha junto ao mailing de empreendedores da entidade e, ainda, junto aos colaboradores de todo Sistema Fecomércio RN, por meio de todos os canais disponíveis.

O montante enviado pela Receita Federal ao FIA será destinado às instituições amparadas pelo Comdica, que promovem projetos e ações que reforcem os direitos das crianças e adolescentes do município. O recebimento das declarações do Imposto de Renda começou no dia 1º de março e segue até o dia 30 de abril.

Para conhecer o programa e tirar dúvidas de como destinar o IR ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, basta acessar as redes sociais da Comdica Natal, visitar a sede localizada na Rua Trairi, 784, Petrópolis, das 8h às 14h, ou ainda pelo telefone (84) 3223-3333.

**Veículo:** Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 17/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN  
**Título:** Produtores de eventos cobram mais ações **Impacto:** Neutro  
**Link:** <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/produtores-de-eventos-cobram-mais-aes/505385>

## Produtores de eventos cobram mais ações

Publicado: 2021-03-17 09:00:00

A Câmara dos Deputados aprovou, no início deste mês, o Projeto de Lei 5638/20, que cria o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). A proposta prevê o parcelamento de débitos de empresas do setor de eventos com o Fisco federal e outras medidas para compensar a perda de receita acumulada ao longo da pandemia com o cancelamento em cadeia de eventos com grande público. Produtores do Rio Grande do Norte pedem coloridade na regulamentação, que agora irá ao Senado, e avaliam a medida como positiva e ao mesmo tempo insuficiente em virtude da queda de faturamento.

Créditos: Joana Lima



Grandes eventos estão suspensos e causam prejuízos bilionários

O projeto é do deputado Felipe Carreras (PSB-PE) e abrange uma série de empresas do segmento de eventos e turismo, como hoteleira em geral, cinemas, casas de eventos, casas noturnas, casas de espetáculos, empresas de prestação de serviços turísticos. Também estão listadas empresas que realizem ou comercializem congressos, feiras, feiras de negócios, shows, festas, festivais, simpósios ou espetáculos em geral e eventos esportivos, sociais, promocionais ou culturais.

O projeto prevê alíquota zero do PIS/Pasep, da Cofins e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por 60 meses e a extensão, até 31 de dezembro de 2021, do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac) para as empresas do setor. Além disso, a regra-geral será de desconto de até 70% sobre o valor total da dívida e até 145 meses para pagar, excetuando os débitos previdenciários, para os quais a Constituição limita o parcelamento em 60 meses e podem ser parcelados débitos com a Receita Federal e com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Produtores de eventos no RN disseram que a medida pode ajudar a diminuir os impactos financeiros, mas não pode ser a única ação para o segmento.

Segundo a Associação Brasileira dos Promotores de Eventos (Abrape), o prejuízo na pandemia ultrapassou a casa dos R\$ 90 bilhões, com pelo menos 580 mil empregos diretos perdidos.

"Quase zero nosso faturamento em um ano. Nós que trabalhamos com planejamento, foi um ano diretamente afetado. E esse ano nos afeta até o São João, porque tem isso de se planejar. Temos 15 a 16 meses bem prejudicados em termos de faturamento. A Perse chega para nos manter vivos", analisa o produtor potiguar André Dantas, diretor da Luan Produções.

"Não é suficiente, é um oxigênio para mantermos as empresas ativas, empregos, pagamos contas e ganhando tempo para a volta. A única coisa que resolve é trabalhar novamente, mas sabemos que diante do cenário ainda vai levar alguns meses e talvez tenhamos esse ano de 2021 todo prejudicado", acrescenta André Dantas.

Para Jarbas Filho, diretor da Viva Produções, as isenções fiscais e postergação de dívidas inclusas na pauta são importantes, mas o setor precisa de mais facilidade no acesso à linhas de crédito, situações a serem discutidas na regulamentação do programa. "Que tipo de dificuldades serão colocadas pelos bancos públicos? Se a empresa está sem fazer evento, provavelmente está com impostos atrasados. Será um dificultador as certidões negativas. Como será esse crédito?", questiona.

Além das medidas a serem regulamentadas a nível federal, produtores do Rio Grande do Norte pedem também providências por meio do Governo do Estado, que já sentou para conversas com interlocutores do segmento, mas ainda não deliberou por ações concretas, segundo informa o secretário de Tributação do RN, Carlos Eduardo Xavier.

"O governo tem estado muito atento a todos os impactos da pandemia nos setores produtivos, principalmente aqueles mais afetados. Tomamos algumas medidas, estamos recebendo pleitos de diversos setores. Vamos acompanhar o comportamento da pandemia e a necessidade de medidas mais duras para anunciar ações que pelo menos amenizem os impactos econômicos nesses setores mais afetados", explica.

**Veículo:** Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 17/03/21 - **Cidade/UF:** DF  
**Título:** PEC do auxílio emergencial cria nova regra com limite para a dívida pública **Impacto:** Neutro



**QUALIDADE E RESPONSABILIDADE**  
• LIMPEZA • RECEPÇÃO • PORTARIA  
DESCONTOS ESPECIAIS  
[rsterceirizacao.com.br](http://rsterceirizacao.com.br)  
TEL.: 11 3803-8853

RS SERVIÇOS  
RSServiçosTerceirizados @oficialrs服icos RS SERVIÇOS

**Contas do governo.** Lei complementar vai definir meta para a relação dívida-PIB. Hoje, percentual está em 89,7% e países emergentes com grau de investimento têm taxa média de 51%; Brasil, no melhor momento da série do BC, chegou a 51,5% em dezembro de 2013

# PEC do auxílio emergencial cria nova regra com limite para a dívida pública

Adriana Fernandes | BRASÍLIA

A dívida pública passará a ser a principal âncora da política fiscal brasileira para garantir a sustentabilidade e enfrentamento do rombo das contas públicas. A introdução de uma meta para a dívida pública no arcabouço das regras fiscais do País foi incluída na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do auxílio emergencial, promulgada esta semana pelo Congresso.

Para garantir a sustentabilidade fiscal, a emenda prevê a necessidade de definição de uma trajetória de convergência do montante da dívida com os limites a serem definidos. O texto autoriza medidas de ajuste para as contas públicas alcançarem a trajetória desejada e o planejamento de alienação de ativos para a redução da dívida, como é o caso das privatizações de empresas e venda de imóveis.

A medida, que alcança as finanças do governo federal, Estados e municípios, pode colocar o Brasil numa nova geração de regras fiscais que já é adotada em vários países, na avaliação da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes.

A ideia é que a dívida passe a ser o principal "termômetro" fiscal e ajude também a aumentar a potência da política de juros do Banco Central, garantindo o maior previsibilidade para o endividamento público.

Para entrar em vigor, uma lei complementar precisa ainda ser aprovada com a regulamentação dos mecanismos de funcionamento da nova âncora, apontando uma trajetória para o alcance da dívida em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). A ideia do Ministério da Economia é não demorar com o envio do projeto ao Congresso.

A própria emenda diz que a lei complementar pode autorizar a aplicação dos mesmos gatilhos (medidas de corte de despesas) já previstos, como o congelamento de salários dos servidores.

A nova âncora vai conviver e se interligar com as outras três regras fiscais: teto de gastos, meta de resultado primário e a regra de ouro. O teto limita o crescimento das despesas à variação da inflação; a meta de resultado primário é a diferença entre receitas e despesas, menos o pagamento de juros. Já a regra de ouro impede que o governo se endivide para pagar gastos correntes, com salários e custeio da máquina.

O secretário especial de Pa-



Nova regra. Waldery disse que aprovação da PEC garantiu arcabouço para controle das contas melhor do que havia antes

## GANHOS FISCAIS

Principais medidas de reforço fiscal e desarmamento de bombas para o controle das contas

● **Precatórios**  
Fim da linha de crédito de R\$ 117 bilhões que a União teria de bancar para Estados e municípios pagarem precatórios (valores devidos a pessoas físicas ou empresas após sentença definitiva na Justiça)

● **Lei Kandir**  
Garante segurança jurídica ao fim da compensação aos Estados da Lei Kandir, que desonerou as exportações do ICMS

● **Calamidade pública**  
Estabelece competência privativa ao presidente da República de propor ao Congresso a decretação de calamidade pública de âmbito nacional. O Congresso

● **Renovar legislação**  
"O governo está tentando dar uma renovada nesse debate para ver se consegue avançar para aprovar uma legislação mais completa."  
Manoel Pires  
OBSERVATÓRIO FISCAL DO IBRE-FGV

não poderá mais fazer de forma unilateral

● **Fundos**  
Possibilidade de utilização do superávit financeiro dos fundos, por três anos, para pagamento de dívida. Um valor superior a R\$ 100 bilhões que vai ajudar na gestão da dívida

● **Gatilhos**  
Regulamenta o acionamento dos gatilhos do teto de gastos (regra constitucional que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação) pelo governo federal

● **Âncora**  
Inclusão de novo arcabouço fiscal à dívida como sua principal âncora

● **Políticas públicas**

zenda, Waldery Rodrigues, disse ao Estadão que a aprovação da PEC garantiu um arcabouço para o controle das contas públicas melhor do que havia antes. Rodrigues listou 12 medidas (veja acima) que formam a "espinha dorsal" do reforço fiscal da nova emenda constitucional, que inclui também medidas

Previsão constitucional de avaliação dos programas de políticas públicas, como por exemplo, o Bolsa Família. O Orçamento terá de levar em conta a avaliação

● **Despesas x receitas**  
Permite que os chefes dos Estados e municípios acionem automaticamente gatilhos (medidas de cortes de gastos) quando as despesas correntes ultrapassarem 95% das receitas correntes

● **Maquiagem fiscal**  
Inclusão expressa de despesas com pensionistas no limite de despesas de pessoal acabando com maquiagem contábil nas contas dos Estados e municípios para evitar o estouro do limite

● **Medidas de ajuste**  
Proíbe a concessão de empréstimos e garantias para Estados e

que desarmam "bombas fiscais" para o futuro.

'Conversa de regras'. As atuais três regras vão ter de conversar tendo como referencial a dívida pública, explicou o secretário. Segundo ele, a lei complementar e que vai definir os parâmetros de como a ancoragem

municípios que não adotem medidas de ajustes durante a calamidade nacional

● **Repasses duodecimais**  
Veda a transferência para fundos dos repasses duodecimais (fatias da receita prevista no Orçamento que são repassadas mensalmente, sem prejuízo dos demais Poderes. O superávit das despesas fundos é restituído ao Tesouro. A medida evita que esses fundos de Legislativo e Judiciário tenham sobra de dinheiro enquanto o Executivo passa por dificuldades

● **Tributos**  
Plano de redução gradual dos incentivos e benefícios de natureza tributária (subsídios, isenções e desonerações) para 2% do PIB em 8 anos (o patamar atual é de aproximadamente 4,2% do PIB)

da dívida será feita. Hoje, a dívida bruta do governo está em 89,7% do PIB (o último dado disponível é de janeiro). Qual o parâmetro para que torne sustentável e a sua trajetória são o que a regulamentação vai detalhar. "Um indicador que temos é o nível médio do endividamento hoje que é da ordem de 51% dos

países emergentes que têm grau de investimento", disse. No melhor momento da série do Banco Central, em dezembro de 2013, a dívida pública brasileira chegou a 51,5% do PIB.

Entre os parâmetros para definir a meta de endividamento está o tamanho que o caixa do Tesouro tem de ter para assegurar a confiabilidade na gestão da dívida.

"A nova âncora traz para o Brasil o que há de melhor em práticas de regra fiscal que existe no mundo e recomendadas também pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)", afirmou Daniel Borges, diretor de programa do Ministério da Economia, que trabalhou na elaboração da proposta.

Borges explicou que hoje o governo calcula a meta de resultado primário com o "insumo" do teto de gastos para depois fazer as projeções de dívida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A dívida está no final da linha. O que se quer é inverter esse processo. Nada muda, segundo ele, na meta fiscal e no teto de gastos. Já a regra de ouro deve ser aprimorada na regulamentação da nova meta de dívida, antecipou o secretário Waldery Rodrigues.

O coordenador geral de estudos econômico-fiscais do Tesouro, Rafael Araújo, compara a nova âncora a um instrumento de controle do nível de endividamento equivalente ao que faz o regime de meta de inflação dando clareza para a trajetória futura. O governo define um parâmetro para a alta dos preços e o Banco Central calibra os juros para alcançá-lo.

Ex-secretário do Tesouro, Carlos Kawall disse que medida incluída segue estouro feito pela equipe do Tesouro para evoluir para uma regra que combine superávit primário com meta de dívida/PIB. "Acho positivo e me parece que a ideia é evoluir nessa direção pós-teto de gastos. Mas não vejo mudança no curto prazo", disse o atual diretor do Asa Investimentos. Para ele, a medida depende da lei complementar e não vai avançar antes da eleição.

Coordenador do Observatório Fiscal do Ibre-FGV, Manoel Pires, diz que a previsão de limite de dívida já existe na Lei de Responsabilidade Fiscal e nunca avançou: "O governo está tentando dar uma renovada nesse debate para ver se consegue avançar para aprovar uma legislação mais completa". Para ele, é preciso acompanhar no detalhe a regulamentação.

**Veículo:** Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 17/03/21 - **Cidade/UF:** DF  
**Título:** FMI e Banco Mundial querem prorrogar dívidas de pobres **Impacto:** Neutro

## FMI e Banco Mundial querem prorrogar dívidas de pobres

Proposta será levada ao G-20 em abril na reunião do Fundo e visa a dar fôlego a países para enfrentar a pandemia

**Célia Froufe** / BRASÍLIA

Dois dos maiores entusiastas do programa de suspensão do pagamento de dívidas de países pobres por causa da pandemia, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) vão propor ao grupo das 20 eco-

nomias mais ricas do globo (G-20) que prorogue o programa, conhecido pela sigla em inglês DSSI, até o fim do ano. Depois, no entanto, acreditam que o melhor a fazer é cancelar a iniciativa para começar a tratar os casos de forma individual.

A proposta será apresentada ao G-20 em abril, durante a reunião de primavera do FMI, de acordo com o diretor global de práticas globais de Macroeconomia, Comércio e Investimento (MTI, na sigla em inglês) do Banco Mundial, Marcello Estevão, em entrevista ao *Está-*

*dão/Broadcast*. “Estamos escrevendo um relatório conjunto com o FMI com a sugestão ao G-20 de estender o programa por mais seis meses”, explicou. A ideia de encerrar o programa em dezembro se dá, segundo o

● **Para enfrentar o corona**  
Pelo programa DSSI, os devedores se comprometem a usar os recursos liberados para aumentar os gastos sociais, de saúde ou econômicos em resposta à crise, causada pelo coronavírus.

diretor, porque o DSSI não resolve os problemas de fundamentos das dívidas desses países. Para o FMI e o Banco Mundial, de acordo com Estevão, muitos países precisam passar por uma reestruturação de seus débitos para que possam manejá-los de forma sustentável pelos próximos anos.

A iniciativa foi criada para tentar resguardar os países mais pobres do mundo dos impactos da pandemia, mas apenas por meio de um adiamento do pagamento do valor principal e de juros. É uma forma de gerar

uma espécie de “alívio rápido” para essas nações, mas não resolve o cerne de seu endividamento. Por isso, o G-20 também criou em novembro do ano passado o Esboço Comum para Tratamentos de Dívidas além do DSSI, um novo instrumento que ajuda os países em desenvolvimento a lidarem com as vulnerabilidades da dívida soberana, principalmente os que têm uma carga de dívida considerada desafiadora.

Conforme o Banco Mundial, que inclui o Banco Internacional para Reconstrução e Desen-

volvimento (Bird) e a Agência Internacional para o Desenvolvimento (IDA, na sigla em inglês), a covid-19 é causa de uma recessão global que pode levar mais de 100 milhões de pessoas à pobreza extrema. A iniciativa de adiamento de pagamentos entrou em vigor em 1.º de maio do ano passado, auxiliando com um socorro de cerca de US\$ 5 bilhões mais de 40 países elegíveis.

Inicialmente, estava previsto que se encerrasse no fim do ano passado, mas o G-20 decidiu estender o prazo até junho de 2021, em meio a muitas controvérsias entre, principalmente, Estados Unidos, China e União Europeia (UE).

**Veículo:** Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 17/03/21 - **Cidade/UF:** DF  
**Título:** Lista de cotados a presidir a Eletrobrás tem 3 'de casa' **Impacto:** Neutro

B2 | Economia | QUARTA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

coluna do  
**broadcast**

## Lista de cotados a presidir a Eletrobrás tem 3 'de casa'

Três executivos da própria Eletrobrás estão entre as apostas para assumir a presidência da estatal no lugar de Wilson Ferreira Jr. Antonio Varojo Godoy é o atual assistente da presidência da Chesf. Foi diretor de Geração da Eletrobrás e presidente do Conselho de Administração de Belo Monte. Pedro Luiz de Oliveira Jatobá, atualmente diretor de Geração da Eletrobrás, atua em empresas do grupo desde 1980 e também está entre os cotados. Presidente interina da companhia desde segunda, 15, a diretora Financeira e de Relações com Investidores, Elvira Cavalcanti Presta, também figura entre as apostas. O maior desafio para atrair executivos do setor privado é a remuneração da vaga, considerada baixa no mercado – cerca de R\$ 58 mil mensais.



» **A regra é clara.** O ministro Bento Albuquerque disse que o presidente Jair Bolsonaro já está analisando alguns nomes. O presidente do conselho da Eletrobrás, o oficial da reserva da Marinha Ruy Schneider, está fora da disputa. Ele já ultrapassou a idade limite de 75 anos definida nas políticas do grupo para a presidência da estatal.



» **Dá pé.** O setor calçadista brasileiro abriu 10.442 postos de trabalho em janeiro, 52% acima do mesmo mês de 2020. O movimento sinaliza um esboço de recuperação do setor, que cortou 21.364 vagas no ano passado, em meio à crise. Os dados foram compilados pela Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados) com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Minis-

rio da Economia.

» **De zero a 100.** Segundo a Abicalçados, sob efeito da pandemia, foram produzidos cerca de 710 milhões de pares em 2020, apenas, nível de produção próximo ao de 16 anos atrás. Para 2021, a associação projetava 14,1% de crescimento na produção, chegando a 810 milhões de pares, ou o equivalente ao patamar de 10 anos atrás. Mas a projeção, feita antes do agravamento do quadro da pandemia, pode ter de ser revista.

» **Causa.** Direitos trabalhistas não são mais de interesse só das partes envolvidas no processo judicial. Surge no mercado brasileiro um potencial interessado em comprar essas coisas. Do alto da experiência que tem com fundos recheados de precatórios alimentícios (R\$ 1,2 bilhão sob gestão nesse segmento), a Veritas Capital comprou os direitos de ações trabalhistas em andamento para testar um novo tipo de fundo.

» **Desconto.** Para compor a carteira-teste, a Veritas gastou R\$ 10 milhões, ou R\$ 12,5 mil por ação, em média. O preço reflete um desajuste, que, segundo a gestora, varia de

15% a 20% por ano que perdurar o imbróglio na Justiça. A conta depende, então, da morosidade da Justiça.

» **Para maiores.** Com todo o risco envolvido, esse não será um produto para o varejo. Os investidores qualificados que toparem a encresna terão de conviver com ela por dois ou três anos, que será a carência para resgatar do fundo, caso a ideia vingue.

» **Lar.** A pandemia do novo coronavírus, que aumentou o risco de crédito, levou os bancos a dar atenção maior aos empréstimos com garantia. O Santander puxou o movimento, e terminou 2020 com R\$ 1,2 bilhão em recursos contratados com garantia de imóveis, 110% mais que no ano anterior, enquanto o mercado teve avanço de 46%.

» **Segurança.** Com três quartos da carteira de crédito dedicados a empréstimos com algum tipo de garantia, no último trimestre, o Santander Brasil também tem avançado em linhas que têm veículos como bem garantidor. Nos dois primeiros meses de 2021, o banco triplicou as contratações em relação ao mesmo período do ano passado e chegou a fevereiro com um valor médio de empréstimos de R\$ 37 mil.



» **Agora vai.** O grupo Anima Educação espera receber o aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para a conclusão da compra dos ativos da norte-americana Laureate no País em meados de abril. A expectativa é de que a bênção do órgão antitruste seja concedida sem a exigência de "remédios", o que abrirá caminho para a fase de integração dos negócios, após a disputa acirrada pela empresa.

» **De peso.** A aquisição das marcas da Laureate pela Anima por R\$ 4,4 bilhões, em novembro, criou um grupo de 338 mil alunos e a terceira maior empresa de educação no País listada em Bolsa, atrás de Cogna e Yduqs. Procurada, a Anima declarou que não prestaria informações sobre o processo. O Cade não comentou.

ANNE WARTH, CIRCE BONATELLI, ERNANI FAGUNDES, ANDRÉ ÍTALO ROCHA, LUISA LAVAL E ALINE BRONZATI

## Artigo

# Dobrando a curva para um caminho sustentável

MARINA GROSSI  
E ISRAEL KLABIN

A perda acelerada de biodiversidade é uma ameaça ao futuro. Não é à toa que o *Global Risks Report*, publicado a cada ano pelo Fórum Econômico Mundial, apresenta a redução da biodiversidade como o quinto maior risco global em termos de probabilidade e o quarto em impacto.

Se mantivermos o ritmo de degradação ambiental, atingiremos um ponto irreversível no qual sistemas que sustentam a vida vão colapsar. Mas temos como reverter esse processo e restaurar os sistemas naturais vitais dos quais dependem as economias, a prosperidade, nosso bem-estar e a saúde planetária.

Para contribuir para esse diálogo, o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) lançam o relatório *O engajamento do Brasil nas negociações da COP-15 de biodiversidade*, construído a partir das contribuições de 35 pessoas, entre líderes da FBDS e do CEBDS, representantes da academia, do setor empresarial e do Ministério das Relações Exteriores.

O relatório traz recomendações para as negociações do Marco Global para Biodiversidade, reforçando o protagonismo do Brasil. As negociações, previstas para 2020 durante a Conferência das Partes (COP-15) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD) na China, foram adiadas em função da pandemia.

Quando for realizada, a CBD vai discutir o novo acordo global para a conservação da biodiversidade, o uso sustentável e a repartição justa e equitativa de benefícios, denominado Marco Global para Biodiversidade Pós-2020. Ele define objetivos e metas de ação a serem alcançados até 2030 e apresenta a Visão de Biodiversidade para 2050, com aspirações para 2050. O novo marco vai substituir o Plano Estratégico para Conservação da Biodiversidade, estabelecido pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) da ONU para os anos de 2011 a 2020. De acordo com o relatório final da CDB, várias metas não fo-

ram alcançadas.

Portanto, é uma oportunidade para abordar as crises associadas à perda de biodiversidade que ficaram evidentes desde o surgimento da pandemia, revelando a relação entre o aumento de doenças contagiosas e o desequilíbrio ambiental.

Para construir um acordo global justo para a biodiversidade sem esgotar os recursos planetários, é importante considerar a pluralidade de visões e o embasamento científico. O acordo deve ser discutido envolvendo governos, setor empresarial e sociedade civil organizada, de modo que seja robusto e embasado na ciência. Esse diálogo também propiciará as condições para transformar as metas do novo marco em pilares estratégicos para tomada de decisão política e dos negócios do País. Dessa forma, apontaremos nossa bússola para uma rota de conservação da biodiversidade, o uso sustentável e a repartição justa e equitativa de benefi-

## Brasil deve apoiar a conservação da biodiversidade para garantir seu futuro

ciários oriundos da natureza e chegaremos em 2050 com uma bioeconomia que propicie o desenvolvimento social e econômico com bases sustentáveis.

É imprescindível que o Brasil apoie essa agenda global para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Estão em jogo a reputação internacional do País e a sustentabilidade de sua agricultura e indústria, além de perspectivas futuras de investimento internacional na economia brasileira e acesso de produtos brasileiros aos mercados externos.

As decisões tomadas no presente e até 2030 serão determinantes para definir se seguiremos rumo a um ponto de irreversibilidade da perda da biodiversidade ou tomaremos uma rota de transição sustentável.

\* PRESIDENTE DO CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CEBDS) E PRESIDENTE DO CONSELHO GURADOR DA FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (FBDS)

## Editorial Econômico

### A longa convalescença do turismo



Em nenhum setor econômico o impacto da pandemia foi tão brutal quanto no turismo: ele foi o primeiro a ser paralisado, sofreu as piores perdas e será o último a ser normalizado.

Segundo a Confederação Nacional

do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o turismo brasileiro já acumulou prejuízo de R\$ 290,6 bilhões desde o início da pandemia. Desde maio, quando se registrou o pico de prejuízo mensal (R\$ 37,4 bilhões), o ritmo de perdas vinha caindo, chegando a R\$ 13,3 bilhões em janeiro. Fevereiro registrou uma interrupção nesta tendência: as perdas foram de R\$ 15,9 bilhões, com o setor operando com 42% de sua capacidade de geração de receitas. A escalada do contágio precipitará mais uma forte contração.

Mais da metade do prejuízo (51%)

ficou concentrada em São Paulo (R\$ 104,9 bi) e Rio de Janeiro (R\$ 45,5 bi), com danos mais graves na aviação (com perdas de 50%), seguida por hospedagem (30%).

Diante disso, o setor merece especial atenção do poder público. O plano de recuperação do Ministério do Turismo prevê quatro eixos: preservação de empresas e empregos; melhoria da estrutura e qualificação de destinos; implantação de protocolos de biossegurança; e promoção de incentivo às viagens.

Representantes do setor solicitam

ao governo a extensão do prazo das micro e pequenas empresas (MPEs) para pagar as primeiras parcelas do Programa Nacional de Apoio às MPEs, bem como a prorrogação de medidas especiais de apoio ao turismo, entre as quais a dispensa da devolução imediata e o reembolso parcela dos serviços cancelados pelos clientes.

Os operadores do setor precisam estar atentos para se adaptar às mudanças comportamentais e aproveitar as oportunidades na fase de transição e no retorno à normalidade.

Nun primeiro momento, especialistas apontam que as escolhas devem recair em viagens locais e de curta duração. Destinos de baixa aglomeração, como os de base comunitária e de ecoturismo, devem ser privilegiados. Crucial é o extremo cuidado com a implementação e comunicação dos protocolos de biossegurança.

As oportunidades são escassas. Mas o turismo seguro é uma alternativa. E há uma demanda reprimida, que os operadores precisam estar prontos para aproveitar, tão logo as restrições sejam reduzidas pela imunização.

**Veículo:** Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 17/03/21 - **Cidade/UF:** DF  
**Título:** Economia fraca põe pressão sobre BC **Impacto:** Neutro

# Economia fraca põe pressão sobre BC

País está na contramão do resto do mundo, onde projeções para atividade sobem; no Brasil, previsão é de queda e com inflação em alta

Luciana Dyniewicz

Enquanto os economistas e o mercado se animam com as perspectivas de crescimento em 2021 da economia global – que deve ser impulsionada pela atividade nos Estados Unidos –, no Brasil, o movimento é inverso. Por aqui, os problemas de gestão na economia e na saúde, além dos constantes ruídos políticos, detonaram uma crise de confiança que ameaça o PIB e pressiona o Banco Central a elevar a taxa básica de juros, a Selic hoje. Nem a alta das commodities no mercado internacional, que tradicionalmente impulsiona o País, terá capacidade de salvar 2021, segundo economistas.

“A situação é muito complicada. A economia está voltando à recessão e, não obstante o desemprego e a baixa ocupação da capacidade instalada, a inflação está acima do centro da meta. E o ponto mais importante: estamos vendo uma combinação de inépcia, ignorância e irresponsabilidade na frente sanitária, o que deixa o Brasil muito fora do mundo”, diz o economista Eduardo Giannetti.

O cenário, que já não era animador no começo do ano, hoje é de deterioração completa: o real é uma das moedas que mais perderam valor no ano (atrás apenas das de Cuba e da Líbia, onde a desvalorização foi deliberação), a inflação no acumulado de 12 meses se aproxima do teto da meta e o PIB deve retroceder no segundo trimestre – há um risco também no primeiro trimestre.

Para o ano, o mercado estima um crescimento na economia entre 3% e 4%. Na prática, isso significa uma estagnação, dado que o carregamento estatístico (quando a base de comparação – o resultado médio do PIB em 2020 – é baixa, mas o ponto de partida é elevado por conta da recuperação no último semestre do ano) é de 3,6%. O Itaú, por exemplo, projeta 3,8% – até semana passada, porém, estimava 4%. Para a economia global, o banco alterou, no mês passado, a projeção de 6,6% para 6,9%.

Na visão do economista-chefe do banco BV, Roberto Padovani, o episódio da Petrobrás foi o catalisador dessa crise de confiança que desestabilizou a economia. Ao anunciar que tiraria Roberto Castello Branco do comando da estatal, o presidente Jair Bolsonaro consolidou no mercado a impressão de que o governo não tem agenda. “Nos últimos dois anos, houve desconfiança, que crescia em alguns momentos. Ali (quando Bolsonaro anunciou a saída de Castello Branco), isso se consolidou”, diz Padovani.

Ao lado de uma pandemia descontrolada e do colapso do sistema de saúde, o episódio colaborou para que o câmbio descolasse

se ainda mais. Pelos fundamentos macroeconômicos do País e pela situação da economia internacional, o dólar deveria estar entre R\$ 4,50 e R\$ 5,00, segundo Padovani. Mas na segunda-feira fechou a R\$ 5,64.

“Houve uma crise de confiança que bateu no câmbio, desancorou as expectativas e mudou a precificação do juro. O resultado é que o Banco Central deve ter de antecipar todo o plano (de elevar a Selic, para segurar a pressão inflacionária). Quando você olha para o mercado financeiro, tem um pessimismo gigante. Esse impacto de confiança bate no PIB”, diz Padovani.

O pessimismo com o Brasil é mais claro, de acordo com os analistas, quando se observa a relação entre o preço das commodities e o câmbio. Em situações normais, uma alta das commodities como a que vem ocorrendo faria a moeda do Brasil – importante produtor global de commodities agrícolas e minerais – se valorizar. “Essa questão cambial revela a falta de rumo, de perspectiva, de seriedade



Reunião do Copom. Diretores do BC devem elevar hoje taxa Selic para 2,5% ao ano

de de orientação política”, acrescenta Giannetti.

**Barril.** Para Sílvia Matos, economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre), a situa-

ção econômica, política e sanitária do País é a de um “barril de pólvora”, e a fraqueza econômica, ao lado da inflação acelerada, coloca o Banco Central diante de uma decisão difícil. “Apesar de ser óbvia a elevação do

juro, não é uma decisão fácil, porque o BC vê que a atividade está fraca e que a política monetária (com a alta da Selic) deixará de estimular a economia.”

A consultora econômica Zeina Latif, porém, destaca que a

elevação da Selic – o mercado financeiro projeta alta de 2% para 2,5% ao ano – pode não ser suficiente para acalmar o mercado e segurar as pressões inflacionárias decorrentes, sobretudo, da desvalorização do real. “O câmbio está assim porque a economia não cresce, porque não tem vacina e porque não tem perspectiva de ajuste fiscal. Como se não bastasse, toda hora tem um evento novo, uma hora é a Petrobrás, outra é o presidente enfraquecendo a PEC Emergencial. O governo está sem rumo.”

Zeina acrescenta que o fato de o ex-presidente Lula ter se tornado elegível – independentemente de a decisão estar correta ou não juridicamente – exacerbou fraquezas do Judiciário. “Isso não sai barato para investidores. A visão do Brasil no exterior está muito abalada, e reputação é difícil de se reconquistar.” À economista vê um risco de o Brasil entrar em um ciclo longo de estagnação. Panorama pode ser ainda pior: de recessão com inflação, segundo Giannetti.

## LEILÃO IMPERDÍVEL

24 IMÓVEIS, SOMENTE ONLINE, 26/03/2021 - 11h

GRANDE OPORTUNIDADE

03 SALAS COMERCIAIS

DESOCUPADAS - RIO DE JANEIRO/RJ

lote único - área privativa total somada de 1081 m²




LANÇE MÍNIMO: R\$ 4.466.770,00.

Rua Conselheiro Sarmento, 28, edifício S&S, perto Sábios, 2001, 3002 e 3003 - PRIMEIRIA DE SANTA RITA. Área privativa total cedida no total de 1081,00 m². Matrícula: 46.002.40.024-4-8000-00-1711 base PAGAMENTO SOMENTE A VISTA. Obedeça Leão Sodrê Santos, Leilão Oficial AJUCESP nº 807.

APARTAMENTO

SÃO PAULO/SP

área privativa: 42,60 m²

Rua Teodoro, 141 - Lacerda Paulista, Condomínio Residencial S&S - Júpiter 6, 24 - Alameda, 40 - 11 (1º andar), 01 911-999 de garagens. Matrícula 92.300 do 00º RJ local. Lançar: R\$ 110.200,00.

CASA

SÃO PAULO/SP

área construída 491,00 m²

Rua Dr. José Bento Pereira, 208 - Vila Alago Pereira, Área do 1º andar, 108.00 m². Matrícula 67.022 do 00º RJ local. Lançar: R\$ 240.300,00.

TERRENO

ALVORADA/RS

fração de terras com 25.000 m²

Rua Lúcio de Castro Lopes de Rosa - 19000 - Estância Gráfica, Matrícula 72.478 do RJ local. Lançar: R\$ 443.200,00.

E EM OUTRAS CIDADES NOS ESTADOS DE SP, RJ, MG, BA, CO, PR, DF, RS, SC, MT, MS, CE, PA, RO e RR.

ENVIE AGORA SEU LANÇE. WWW.SODRESANTORO.COM.BR



Aponte sua câmera para o código e vá direto para o leilão.




Pagamento: valor do arremate mais acréscimo de 9% ao Leilão. Condições de venda nos sites: www.bradesco.com.br e www.sodresantoro.com.br. Acesso ao site do Leilão para efetuar o cadastramento prévio e verificar o edital com descrição completa dos imóveis. Dúvidas e reclamações, sujeitos a alterações até a data do leilão. Informações: 11 2488-8044 ou @sodresantoro.com.br. Obedeça Leão Sodrê Santos, Leilão Oficial AJUCESP nº 807.

## ‘Já queria ter me vacinado’, diz Guedes

Idiana Tomazelli | BRÁSILIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que vai se vacinar contra a covid-19. No Distrito Federal, onde o ministro despacha diariamente, a imunização dos idosos com 72 e 73 anos começa amanhã e em breve o alcance deve ser estendido à faixa em que está Guedes, que tem 71 anos.

“Já queria ter me vacinado. Acho ótimo. Sou candidato a vacinação. Quero me vacinar”, disse o ministro da Economia em entrevista concedida à CNN.

No Twitter, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, disse ontem que, “se os compromissos do MS (Ministério da Saúde) forem mantidos, semana que vem iniciaremos a vacinação de idosos com 70”.

Em dezembro de 2020, em entrevista a jornalistas, Guedes se furtou de responder diretamente sobre se tomaria ou não a vacina. “Eu, como cidadão, tenho direito à privacidade sobre se vou tomar e qual vacina tomarei”, disse. Na ocasião, o ministro chegou a comparar a escolha de vacinar ao sigilo do voto, garantido pela Constituição.

O contexto da declaração de Guedes em dezembro era outro: o Brasil ainda não havia iniciado a imunização. Além disso, o governo federal também mantinha postura refratária às negociações para compra de doses de laboratórios como Pfizer, Janssen e Moderna.

**Veículo:** Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 17/03/21 - **Cidade/UF:** DF  
**Título:** País abre em janeiro 260 mil vagas de emprego formal **Impacto:** Neutro

B4 | **Economia** | QUARTA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

## Câmara ignora Senado e aprova texto-base da lei do gás

**Camila Tartelli**  
**Aime Warth** / BRASÍLIA

Deputados aprovaram na noite de ontem o texto-base do projeto sobre o Novo Marco do Gás, aposta do governo para reduzir o preço do insumo, atrair investimentos, aumentar a competição e evitar monopólios. A aprovação, em que os deputados re-

jeitaram mudanças feitas pelo Senado, foi simbólica.

A queda no custo deve atingir os principais consumidores do gás natural – a indústria e o setor de energia termoeletrônica. Mas a expectativa do governo é que essa redução seja repassada ao consumidor final.

O novo marco regulatório pode atrair investimentos entre

R\$ 50 bilhões e R\$ 60 bilhões, com a produção de gás natural triplicando até 2030, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Nesse contexto, a nova lei poderá abrir 4 milhões de novos postos de trabalhos em cinco anos e acrescentar 0,5 ponto percentual de crescimento ao Produto Interno Bruto (PIB)

nos próximos dez anos.

Os parlamentares retomaram o texto como admitido pela Câmara em setembro do ano passado e excluíram as alterações feitas pelo Senado em dezembro. Agora, eles precisam analisar novos pedidos de alteração, os cinco destaques que estão na pauta – não há acordo para nenhuma nova mudança

até o momento –, e após essa fase o texto segue para sanção presidencial.

“O Senado fez algumas alterações que já tínhamos discutido aqui, por destaques, e todas foram rejeitadas. Então, o trabalho agora foi apenas seguir o relatório aprovado na Comissão de Minas e Energia, numa discussão de mais de cinco anos. O

relatório volta mais uma vez à condição inicial”, disse o relator do projeto na Câmara, deputado Laércio Oliveira (PP-SB).

O projeto estabelece o regime de autorização para gasodutos. Desde 2009, o regime adotado é de concessão, mas nenhum gasoduto foi construído no período. Com a autorização, o processo é mais simples e cada empresa poderá construir, ampliar, operar e manter livremente as estruturas de transporte, por sua conta e risco.

# País abre em janeiro 260 mil vagas de emprego formal

Dados do Caged apontam que foi o melhor mês em 30 anos; governo destaca papel do programa de manutenção do emprego

**Eduardo Rodrigues** / BRASÍLIA  
**Thais Barcellos** / SÃO PAULO

A segunda onda da pandemia de covid-19 atingiu o Brasil quando o mercado de trabalho voltava a bater recordes de geração de empregos com carteira assinada. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados ontem pelo Ministério da Economia, foram criadas 260,353 vagas em janeiro, o melhor resultado para o mês na série histórica iniciada em 1992, ou seja, em 30 anos.

Todos os setores da economia contrataram mais do que demitiram em janeiro. O desempenho foi puxado pela indústria, com a criação de 90,431 postos formais, seguida pelos servi-

ços, que recuperaram 83,686 vagas. Já a construção civil abriu 43,498 vagas, enquanto houve um saldo de 32,986 contratações na agropecuária em janeiro. No comércio, foram criadas 9,848 vagas.

A equipe econômica destacou o papel do Programa Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda, conhecido como BEm, que permitiu às em-

presas cortarem jornada e salário dos empregados ou suspenderem contratos em 2020. Como contrapartida, o governo dificultou a demissão desses funcionários pelo mesmo tempo que tiveram o salário reduzido ou o contrato suspenso.

Um total de 3,5 milhões de trabalhadores ainda estavam “protegidos” pelo programa em janeiro; 3 milhões deles seguem estáveis até março.

Tanto que, diante do recrudescimento da pandemia e da adoção de medidas mais rígidas de isolamento social adotadas por governadores nas últimas semanas, o ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou que o governo vai lançar uma nova rodada do programa, que agora está sendo chamado pelo governo de “seguro-emprego”.

Uma medida provisória deve ser editada em breve.

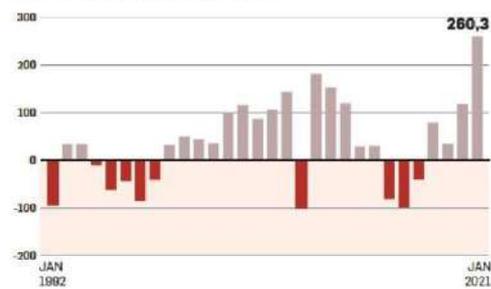
Como mostrou o *Estadão/Broadcast*, a nova versão 2021 do programa deve ter custo total entre R\$ 5,8 bilhões e R\$ 6,5 bilhões para o governo, responsável por pagar um benefício emergencial aos trabalhadores. A estimativa considera que 2,7 milhões a 3,0 milhões de acordos serão firmados entre patrões e empregados nas duas modalidades.

“Em vez de esperar alguém ser demitido e pagar R\$ 1.100 após a pessoa ser demitida, com a garantia de cinco meses, queremos a garantia de 11 meses, onde pagamos R\$ 500 para a

### HÁ VAGAS

● Brasil tem melhor janeiro da história na contratação de trabalhadores com carteira assinada

EM JANEIRO DE CADA ANO, EM MILHARES DE VAGAS



FONTE: CAGED

Uma medida provisória deve ser editada em breve.

Como mostrou o *Estadão/Broadcast*, a nova versão 2021 do programa deve ter custo total entre R\$ 5,8 bilhões e R\$ 6,5 bilhões para o governo, responsável por pagar um benefício emergencial aos trabalhadores. A estimativa considera que 2,7 milhões a 3,0 milhões de acordos serão firmados entre patrões e empregados nas duas modalidades.

“Em vez de esperar alguém ser demitido e pagar R\$ 1.100 após a pessoa ser demitida, com a garantia de cinco meses, queremos a garantia de 11 meses, onde pagamos R\$ 500 para a

pessoa continuar empregada”, afirmou Guedes.

Os 11 meses do exemplo do ministro levam em conta o prazo total do que está sendo pensado pelo programa (4 meses) mais o mesmo tempo de “proteção” com a aplicação de uma multa caso a empresa o demita (4 meses) mais o tempo do seguro-desemprego, caso ele seja demitido assim que acabar a “proteção” (nesse exemplo, seriam outros 3 meses).

**Lockdown.** O secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, evitou projetar o impacto do novo pico da pande-

mia sobre o Caged dos próximos meses, mas disse não concordar com as medidas de distanciamento social – inclusive lockdowns. Segundo ele, essas medidas trazem “problemas significativos” para a economia e o mercado de trabalho.

“Não há dúvidas de que o fechamento generalizado traz problemas significativos para a economia. Preservar emprego e renda dos brasileiros é preservar a segurança alimentar”, avaliou, lembrando que a própria secretaria divulgou protocolos para o trabalho em segurança para diversos setores em meio à pandemia. “Somos defensores do direito ao trabalho, aliado à saúde”, completou.

Autoridades sanitárias defendem medidas de restrição de mobilidade como essenciais para evitar o colapso hospitalar.

Para o economista da Pzcco, Helcio Takeda, o impacto do recrudescimento da covid-19 no mercado de trabalho formal deve aparecer com mais clareza nas divulgações de março e abril. Ainda assim, confiante em um segundo semestre com economia mais aquecida em decorrência de uma campanha de vacinação mais robusta, ele decidiu manter a projeção para o ano, de geração de 500 mil vagas a mais do que demissões. “O que vai ser determinante no curto prazo, pensando em abril e maio, é se as medidas de restrição vão ser bem-sucedidas”, considerou Takeda. / COLABOROU

GREGORY PRUDENCIANO

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 17/03/21 - Cidade/UF: DF

Título: Em expansão País, energias renováveis ganham frente parlamentar no Congresso Impacto: Neutro

B8 | Economia | QUARTA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

# Negócios

## Investimento

Anglo American prevê investir até US\$ 330 mi no País neste ano. Pág. B10



**Emergência climática.** Composta por 212 deputados de vários partidos, frente vai concentrar pleitos do setor, como mudanças legislativas que possam estimular segmento; além de energia eólica e solar, grupo vai incluir entre suas prioridades a geração por meio de hidrogênio

# Em expansão no País, energias renováveis ganham frente parlamentar no Congresso

André Borges / BRASÍLIA

O crescimento das fontes renováveis de energia elétrica, que até pouco tempo atrás eram figurantes na matriz energética nacional, repercute agora dentro do Congresso Nacional. Por meio da mobilização de parlamentares e da indústria nacional, a geração de usinas eólicas e solares passará a contar com uma frente parlamentar na Câmara dos Deputados, com o objetivo de ampliar a participação dessas fontes no País.

De cada cem casas que acendem a luz no Brasil diariamente, dez usam energia eólica. Em tempos de ventos fortes, esse número sobe para 15 residências. A energia solar, que até quatro anos atrás era praticamente uma experiência casual na matriz elétrica, hoje já chega a 2% da potência nacional e supera a geração nuclear.

Para ampliar a relevância dessas fontes e turbinar o mercado nacional, a Frente da Energia Renovável (FER) terá o papel de concentrar, no Congresso, os principais pleitos do setor, envolvendo mudanças legislativas que possam estimular o segmento no País.

A FER, que nasce com a participação de 212 deputados, vai incluir entre suas prioridades a geração por meio de tecnologia de exploração de hidrogênio e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

Um evento para oficializar a criação da FER acontece hoje

em Brasília. Um encontro presencial e com transmissão online será feito em uma área cedida da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Há expectativa de presença dos ministros Bento Albuquerque (Minas e Energia), Tereza Cristina (Agricultura) e Ricardo Salles (Meio Ambiente).

A frente será presidida pelo deputado Danilo Forte (PSDB-CE). "Há uma convicção no mundo todo de que a proteção do clima e que uma menor geração de gases de efeito estufa passam pela produção de energia limpa. A frente é de interesse de todos, por isso nasce com parlamentares de esquerda e direita, gente do PCdoB ao PSL", disse Forte ao Estadão.

O governo tem especial interesse no tema devido à Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP 26, prevista para novembro, em Glasgow, na Escócia. "A COP está batendo à nossa porta e o mundo pede uma resposta do Brasil." O parlamentar disse que já há uma agenda inicial prevista, como a criação de um novo marco regulatório para a micro e minigeração distribuída de energia, ou seja, a instalação de painéis solares em residências e empresas. O deputado também menciona a necessidade de criar regras gerais para orientar o licenciamento ambiental de projetos eólicos no País. "Hoje cada Estado estabelece uma regra e isso gera problemas."

Uma das prioridades da geração renovável continua a ser a



Prioridade. Frente vai defender projetos para tornar matriz energética mais sustentável

## Ranking 7º lugar

é a posição atual do Brasil no ranking dos países com a maior capacidade instalada para geração de energia eólica. São 18 GW, em 695 parques, segundo dados da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abreeólica). Em 2012, era o 15º colocado. A eólica é a segunda fonte de geração de energia elétrica nacional.

instalação de novas linhas de transmissão de energia. Nos últimos anos, o Brasil viu centenas de parques eólicos instalados na região Nordeste concluídos serem impossibilitados de entregar energia porque os projetos de transmissão atrasaram.

Apesar do interesse do governo em lançar novas plantas de geração nuclear, sob o argumento de que se trata de uma geração limpa, essa fonte não fará parte dos esforços da FER. "A geração nuclear é uma energia ca-

ra, em que o preço depende de dinheiro público", comentou.

**Expansão.** Pesquisa realizada pelo Fórum Econômico Mundial, em parceria com a consultoria Accenture, estima que, nos próximos cinco anos, os investimentos da indústria de energia solar e eólica podem gerar mais de 1,2 milhão de novos empregos no País, além de reduzir em 28 toneladas a emissão de gases de efeito estufa. Os dados foram apurados com 25 em-

presas de serviços públicos globais e empresas de tecnologia voltada ao setor elétrico.

Hoje, o Brasil ocupa o 7º lugar no ranking mundial de capacidade instalada em energia eólica - com 18 GW, em 695 parques de geração, segundo dados da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abreeólica). Em 2012, era o 15º colocado. A eólica é a segunda fonte de geração de energia elétrica nacional e, em dias de recorde, já chegou a atender até 17% do País. "A frente representa a existência de um grupo de parlamentares que se dedicará a discutir temas importantes do setor, num ambiente de diálogo e troca de experiências", diz Elbia Gannoum, presidente da Abreeólica. "O Brasil já tem uma das matrizes mais renováveis do mundo, mas não podemos parar por aí. Há muitas inovações tecnológicas que precisam ser discutidas e apoiadas."

**Solar.** O parque de geração solar (fotovoltaica) está distribuído em 4.440 plantas, respondendo por 8% da potência total do País, se considerados todos os projetos em operação, em construção e planejados, segundo a Aneel. Em muitos parques eólicos, a geração solar passou a ser um complemento importante, com a instalação de painéis abaixo dos cataventos. Dessa forma, o aproveitamento da área é total, principalmente no Nordeste do País, que tem forte incidência de sol, com vento mais forte no período noturno.

**Veículo:** Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 17/03/21 - **Cidade/UF:** DF  
**Título:** Com pandemia, venda de alimento saudável bate R\$ 100 bi **Impacto:** Neutro

## Com pandemia, venda de alimento saudável bate R\$ 100 bi

Isolado em casa, brasileiro ficou mais preocupado com a qualidade da comida, apontam consultorias

### Márcia De Chiara

O consumo de alimentos saudáveis, que já vinha ganhando força entre os brasileiros, foi acelerado pela pandemia. Em 2020, as vendas desses produtos – que incluem de produtos sem glúten ou com menor teor de sódio a orgânicos certificados – atingiram R\$ 100 bilhões no País, segundo a Euromonitor International. Foi a maior cifra para essa categoria de alimentos desde 2006, quando esse segmento começou a ser monitorado pela consultoria. Em relação a 2019, o avanço foi de 3,5%.

O movimento também foi constatado pela RG Nutri, especializada em nutrição e alimentação. No final de 2020, em parceria com a Tech Fit, a consultoria foi a campo para avaliar como estava a alimentação do brasileiro na pandemia. Ouviu cerca de mil pessoas e descobriu que 78% delas começaram a ficar mais atentas à alimentação e à saúde, e que 53% estavam buscando informação sobre a função dos alimentos.

“O consumidor começou a se preocupar muito mais com a sua saúde, de maneira holística, e com todo o sistema alimentar, de forma sustentável”, afirma

Heloisa Guarita, CEO da consultoria que atende grandes indústrias do setor.

Essa mudança de comportamento do brasileiro, que está mais tempo em casa e experimentou novas possibilidades, diz Heloisa, obrigou grandes e tradicionais indústrias de alimentos a reverem o seu modo de produção – e de uma forma mais ágil, se aproximando de startups. Também as linhas de produtos foram reavaliadas.

No último ano, houve crescimento de novos alimentos e bebidas focados na ética e na sustentabilidade, com preocupação de não afetar negativamente o meio ambiente, usar embalagens sustentáveis e menos ingredientes como açúcar, gordura e sódio, segundo Naira Sato, diretora de pesquisa da consultoria Mintel. “Em comum entre todas as macro categorias, vemos que a pandemia provocou um aumento no lançamento de produtos que falam de mais naturalidade, funcionalidade e sustentabilidade.”

As novas demandas do consu-

### ● Mudança

“O consumidor começou a se preocupar muito mais com a saúde, de maneira holística, e com todo o sistema alimentar, de forma sustentável.”

### Heloisa Guarita

CEO DA CONSULTORIA RG NUTRI, QUE ATENDE EMPRESAS DO SETOR

midor por alimentos sustentáveis e o crescimento acelerado das startups do setor têm pressionado a indústria tradicional de alimentos a buscar caminhos mais rápidos para inovar. Um dos setores em que esse movimento é nítido é na indústria de carnes e de produtos lácteos, que tem lançado itens à base de plantas (plantbased), que imitam os de origem animal. Nos últimos dois anos, diz Heloisa, as vendas de alimentos plantbased no varejo cresceram 29%. Só entre dezembro e janeiro deste ano, 32 produtos com esse perfil chegaram ao mercado.

**Startup.** Um deles é o hambúrguer vegetal Futuro Burger 2030, da startup Fazenda Futuro. Feito a partir de uma nova matriz que imita a carne bovina, a empresa diz que o produto é mais sustentável, saudável e com sabor e textura ainda mais próximos da versão animal. Esse foi o terceiro lançamento da startup nos últimos 12 meses.

Segundo Marcos Leta, sócio-fundador, a venda dessa categoria cresce, em média, acima de 150% desde maio de 2019 no Extra e Pão de Açúcar, rede varejista parceira. Na visão de Leta, a relação de consumo, principalmente de alimentos, será outra após a pandemia. “O nosso propósito é produzir carne sem nada de origem animal e permitir que as pessoas continuem comendo o que gostam, mas sem fazer parte de uma cadeia de impactos ao meio ambiente.”

### Efeito pandemia



Novos produtos. Empresa investiu R\$ 35 milhões no projeto

## VIGOR CRIA MARCA ‘SUSTENTÁVEL’

Empresa mira novos hábitos dos consumidores

No segundo semestre de 2019, nutrólogos, nutricionistas, influenciadores digitais, profissionais de marketing e de outras áreas da centenária Vigor Alimentos, fabricante de lácteos, se debruçaram para fazer uma releitura do que é um alimento saudável. Pela primeira vez trabalhando em “squads”, que são pequenos grupos que reúnem profissionais de várias áreas, um jeito típico de operar das startups, constataram que os consumidores querem alimentos

mais saudáveis que vão além da funcionalidade de ter mais ou menos açúcar e gordura, por exemplo.

As pesquisas mostraram para esse grupo de profissionais que mais da metade dos brasileiros procura marcas e companhias que ofereçam produtos sustentáveis, com poucos ingredientes e o mais natural possível. E, na pandemia, essa tendência foi acelerada.

O resultado concreto desse projeto, no qual a companhia investiu mais R\$ 35 milhões, começa a chegar às prateleiras dos

supermercados este mês: uma nova marca, a Viv.

Sob esse rótulo, inicialmente serão reunidas sete linhas de iogurtes “saudáveis e sustentáveis”. Um deles leva poucos ingredientes e é acondicionado num recipiente de papel, o que deve economizar 15 mil quilos de plástico por ano em embalagem. Outro, um iogurte búlgaro, fermentado dentro da própria embalagem e que se aproxima de um produto caseiro.

Apesar de começar com iogurte, segmento no qual a empresa responde por 9% do mercado em valor, segundo dados da consultoria Nielsen, a intenção da companhia é ampliar o leque. Planeja incluir queijos e outros lácteos sob a nova marca de produtos saudáveis. “Queremos liderar a categoria de saudáveis dentro do universo de lácteos até 2025”, afirma o presidente da Vigor, Luís Gennari.

Ele não revela quando essa nova marca de produtos saudáveis deve representar do faturamento da empresa. Com todos os lácteos que produz, a companhia teve receita operacional líquida de R\$ 2,8 bilhões em 2020, com crescimento de 15,5% ante 2019.

No começo, os iogurtes saudáveis serão produzidos na fábrica mais antiga, que fica no tradicional bairro paulistano do Belenzinho. Mas a intenção é espalhar a produção pelas outras oito unidades no País para atender à demanda crescente por alimentos saudáveis. / M.C.

**Veículo:** Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 17/03/21 - **Cidade/UF:** RJ  
**Título:** Economia fraca põe pressão sobre BC **Impacto:** Neutro

# Economia fraca põe pressão sobre BC

País está na contramão do resto do mundo, onde projeções para atividade sobem; no Brasil, previsão é de queda e com inflação em alta

Luciana Dyniewicz

Enquanto os economistas e o mercado se animam com as perspectivas de crescimento em 2021 da economia global – que deve ser impulsionada pela atividade nos Estados Unidos –, no Brasil, o movimento é inverso. Por aqui, os problemas de gestão na economia e na saúde, além dos constantes ruídos políticos, detonaram uma crise de confiança que ameaça o PIB e pressiona o Banco Central a elevar a taxa básica de juros, a Selic hoje. Nem a alta das commodities no mercado internacional, que tradicionalmente impulsiona o País, terá capacidade de salvar 2021, segundo economistas.

“A situação é muito complicada. A economia está voltando à recessão e, não obstante o desemprego e a baixa ocupação da capacidade instalada, a inflação está acima do centro da meta. E o ponto mais importante: estamos vendo uma combinação de inépcia, ignorância e irresponsabilidade na frente sanitária, o que deixa o Brasil muito fora do mundo”, diz o economista Eduardo Giannetti.

O cenário, que já não era animador no começo do ano, hoje é de deterioração completa: o real é uma das moedas que mais perderam valor no ano (atrás apenas das Cuba e da Líbia, onde a desvalorização foi deliberada), a inflação no acumulado de 12 meses se aproxima do teto da meta e o PIB deve retroceder no segundo trimestre – há um risco também no primeiro trimestre.

Para o ano, o mercado estima um crescimento na economia entre 3% e 4%. Na prática, isso significa uma estagnação, dado que o carregue estatístico (quando a base de comparação – o resultado médio do PIB em 2020 – é baixa, mas o ponto de partida é elevado por conta da recuperação no último semestre do ano) é de 3,6%. O Itaú, por exemplo, projeta 3,8% – até semana passada, porém, estimava 4%. Para a economia global, o banco alterou, no mês passado, a projeção de 6,6% para 6,9%.

Na visão do economista-chefe do banco BV, Roberto Padovani, o episódio da Petrobrás foi o catalisador dessa crise de confiança que desestabilizou a economia. Ao anunciar que tiraria Roberto Castello Branco do comando da estatal, o presidente Jair Bolsonaro consolidou no mercado a impressão de que o governo não tem agenda. “Nos últimos dois anos, houve desconfiança, que crescia em alguns momentos. Ali (quando Bolsonaro anunciou a saída de Castello Branco), isso se consolidou”, diz Padovani.

Ao lado de uma pandemia descontrolada e do colapso do sistema de saúde, o episódio colaborou para que o câmbio descolasse

se ainda mais. Pelos fundamentos macroeconômicos do País e pela situação da economia internacional, o dólar deveria estar entre R\$ 4,50 e R\$ 5,00, segundo Padovani. Mas na segunda-feira fechou a R\$ 5,64.

“Houve uma crise de confiança que bateu no câmbio, desancorou as expectativas e mudou a precificação do juro. O resultado é que o Banco Central deve ter de antecipar todo o plano (de elevar a Selic, para segurar a pressão inflacionária). Quando você olha para o mercado financeiro, tem um pessimismo gigante. Esse impacto de confiança bate no PIB”, diz Padovani.

O pessimismo com o Brasil é mais claro, de acordo com os analistas, quando se observa a relação entre o preço das commodities e o câmbio. Em situações normais, uma alta das commodities como a que vem ocorrendo faria a moeda do Brasil – importante produtor global de commodities agrícolas e minerais – se valorizar. “Essa questão cambial revela a falta de rumo, de perspectiva, de seriedade



Reunião do Copom. Diretores do BC devem elevar hoje taxa Selic para 2,5% ao ano

de orientação política”, acrescenta Giannetti.

**Barril.** Para Silvia Matos, economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre), a situa-

ção econômica, política e sanitária do País é a de um “barril de pólvora”, e a fraqueza econômica, ao lado da inflação acelerada, coloca o Banco Central diante de uma decisão difícil: “Apesar de ser óbvia a elevação do

juro, não é uma decisão fácil, porque o BC vê que a atividade está fraca e que a política monetária (com a alta da Selic) deixará de estimular a economia.”

A consultora econômica Zeina Latif, porém, destaca que a

elevação da Selic – o mercado financeiro projeta alta de 2% para 2,5% ao ano – pode não ser suficiente para acalmar o mercado e segurar as pressões inflacionárias decorrentes, sobretudo, da desvalorização do real. “O câmbio está assim porque a economia não cresce, porque não tem vacina e porque não tem perspectiva de ajuste fiscal. Como se não bastasse, toda hora tem um evento novo, uma hora é a Petrobrás, outra é o presidente enfraquecendo a PEC Emergencial. O governo está sem rumo.”

Zeina acrescenta que o fato de o ex-presidente Lula ter se tornado elegível – independentemente de a decisão estar correta ou não juridicamente – exacerbou fraquezas do Judiciário. “Isso não sai barato para investidores. A visão do Brasil no exterior está muito abalada, e reputação é difícil de se reconquistar.” A economista vê um risco de o Brasil entrar em um ciclo longo de estagnação. Panorama pode ser ainda pior: de recessão com inflação, segundo Giannetti.

## LEILÃO IMPERDÍVEL

24 IMÓVEIS, SOMENTE ONLINE, 26/03/2021 - 11h

GRANDE OPORTUNIDADE  
03 SALAS COMERCIAIS  
DESOCUPADAS - RIO DE JANEIRO/RJ

lote único - área privativa total somada de 1081 m²




LANÇE MÍNIMO: R\$ 4.468.770,00.

Rua Cosme Velho Santa, 30. Edifício São Bento. Data: 1201, 1202 e 1203. FREGUESIA DE SANTA RITA. Área privativa total somada de 1081,00 m². Metragem: 40,00x, 41,85x e 40,20x de 71 m local. PAGAMENTO SOMENTE A VISTA. Contato Laura Sotter Santos, Leiloeiro Oficial ANACSP nº 607.

APARTAMENTO

SÃO PAULO/SP

área privativa: 42,40 m²

Rua Tenente, 140 - Lapa Superior, Conjunto Residencial São Júlio II, 84 Alameda, nº 11 (1º andar), nº 01 vaga de garagem. Matrícula 93.209 de 89 m² local. Lance inicial: R\$ 116.000,00

CASA

SÃO PAULO/SP

área construída 491,00 m²

Rua Dr. José Bezerra Pereira, 296 - Vila Aquino Fuzeta. Área do terreno: 248,00 m². Matrícula 97.079 de 89 m² local. Lance inicial: R\$ 345.000,00

TERRENO

ALVORADA/RJ

fração de terras com 25.000 m²

Rua Euzébio César Lopes de Nova Trêça, Edifício Opus, Matrícula 72.470 de 81 m² local. Lance inicial: R\$ 442.000,00

E EM OUTRAS CIDADES NOS ESTADOS DE SP, RJ, MG, BA, GO, PR, DF, RS, SC, MT, MS, CE, PA, RO e RR.

ENVIE AGORA SEU LANÇE: WWW.SODRESANTORO.COM.BR



Aponete sua câmera para o código e vá direto para o leilão.





LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Pagamento: valor do arremate mais comissão de 7% ao Leiloeiro. Condições de venda nos sites: banco.bradesco/leiloes e www.sodresantoro.com.br. Acesso o site do Leiloeiro para efetuar o arremate: valor e verificar o edital com descrição completa dos imóveis. Dados e valores, sujeitos a alteração até a data do leilão. Informações: 11 2404-0674 ou sf@leiloesantoro.com.br. Elaboração Laura Sotter Santos, Leiloeiro Oficial ANACSP nº 607

## ‘Já queria ter me vacinado’, diz Guedes

Ídiana Tomazelli | BRASILIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que vai se vacinar contra a covid-19. No Distrito Federal, onde o ministro despacha diariamente, a imunização dos idosos com 72 e 73 anos começa amanhã e em breve o alcance deve ser estendido à faixa em que está Guedes, que tem 71 anos.

“Já queria ter me vacinado. Acho ótimo. Sou candidato à vacinação. Quero me vacinar”, disse o ministro da Economia em entrevista concedida à CNN.

No Twitter, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, disse ontem que, “se os compromissos do MS (Ministério da Saúde) forem mantidos, semana que vem iniciaremos a vacinação de idosos com 70”.

Em dezembro de 2020, em entrevista a jornalistas, Guedes se furtou de responder diretamente sobre se tomaria ou não a vacina. “Eu, como cidadão, tenho direito à privacidade sobre se vou tomar e qual vacina tomarei”, disse. Na ocasião, o ministro chegou a comparar a escolha de vacinar ao sigilo do voto, garantido pela Constituição.

O contexto da declaração de Guedes em dezembro era outro: o Brasil ainda não havia iniciado a imunização. Além disso, o governo federal também mantinha postura refratária às negociações para compra de doses de laboratórios como Pfizer, Janssen e Moderna.

**Veículo:** Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 17/03/21 - **Cidade/UF:** DF

**Título:** Avisamos ao presidente que interferir na Petrobras teria custo pesado, diz Guedes **Impacto:** Neutro

# Avisamos ao presidente que interferir na Petrobras teria custo pesado, diz Guedes

'Se objetivo era baixar preço do combustível, o que houve foram alta do dólar e queda das ações', afirma

**Bernardo Caram  
e Nicola Pamplona**

**BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO** O ministro Paulo Guedes (Economia) disse nesta terça-feira (16) que a interferência do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) na Petrobras gerou um "custo econômico pesado" e que o problema criado com a estatal ainda "é uma questão em aberto".

"O que dissemos ao presidente é que isso tem um custo econômico pesado. Se o objetivo era baixar o preço do combustível, o que aconteceu foi que os mercados começaram a subir o câmbio, a Petrobras perdeu valor", disse o ministro à CNN Brasil.

"E o presidente mesmo falou que quer fazer isso organizadamente. Aí mostrou-se ao presidente que tem contratos, e o presidente da Petrobras não terá seu contrato renovado. Por quê? Quer se mexer nessa governança? Isso é uma questão em aberto ainda para o futuro. Vamos ver como o novo presidente da Petrobras vai enfrentar esse problema aí na frente", afirmou.

O ministro disse ser natural que o político se preocupe com a base eleitoral formada pelos caminhoneiros. Segundo ele, os governos Fernando Henrique Cardoso e Dilma Rousseff interferiram na governança da Petrobras.

Em fevereiro, após reclamar dos reajustes de preços

dos combustíveis, Bolsonaro pediu a saída do presidente da estatal, o liberal Roberto Castello Branco, indicando em seu lugar o general Joaquim Silva e Luna.

Nos dias seguintes à interferência, indicadores do país se deterioraram e o valor de mercado da Petrobras chegou a cair R\$ 100 bilhões.

Está prevista para o dia 12 de abril uma assembleia-geral de acionistas da estatal para debater a aprovação do nome de Silva e Luna e outros indicados pelo governo para o conselho de administração.

Em entrevista à *Folha*, o diretor-geral da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), almirante Rodolfo Saboia, disse que as regras de mercado para definição de preços dos combustíveis vão prevalecer, apesar do descontentamento até do próprio governo com os valores cobrados pela Petrobras.

No comando da agência desde janeiro, ele afirmou que um dos principais desafios do órgão é definir como será regulado o mercado de refino do país após a venda de ativos da Petrobras, que quer se desfazer de 8 de suas 11 refinarias.

Esse processo, defende, trará competição ao setor e benefícios ao consumidor, reduzindo o preço final dos combustíveis. "Mas é importante a compreensão de que o preço do petróleo vai continuar oscilando."



Jair Bolsonaro e Paulo Guedes em videoconferência do Prosul Marcos Corrêa/Divulgação Presidência

## Eletrobras e EBC entram em plano de desestatização

**BRASÍLIA** O governo aprovou nesta terça (16) a inclusão da Eletrobras e da EBC (Empresa Brasil de Comunicação) no Plano Nacional de Desestatização. A medida foi chancelada em reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPi), composto pelo presidente da República, ministros e presidentes de bancos estatais.

O Ministério de Minas e Energia afirmou que a inclusão da Eletrobras no PND é necessária para que o BNDES possa iniciar os estudos para a operação, que resultará na perda do controle da empresa por parte da União.

Os estudos sobre a Eletrobras já tinham ganhado um sinal verde antes disso com a publicação de uma medida provisória em fevereiro, que dispõe sobre a desestatização da Eletrobras.

Todos os demais passos para a operação da Eletrobras de-

pendem da conversão da MP em lei pelo Congresso e posterior sanção presidencial. Caso a MP não seja aprovada, a qualificação no PPI e a inclusão no PND perderão eficácia.

União e BNDES têm, somados, 61% da Eletrobras. Após a operação, a previsão é que o percentual baixe para 45%.

Os estudos sobre a Eletrobras serão feitos até julho, de acordo com o cronograma divulgado. Até dezembro, a intenção é fazer a apresentação a investidores (o chamado roadshow) e, até feverei-

ro de 2022, fechar a operação.

Em janeiro, o então presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, afirmou que a dificuldade em aprovar a privatização no Congresso, assim como uma descrença pessoal no avanço do processo, motivou sua saída do cargo.

O governo também aprovou na reunião a primeira fase dos estudos para a desestatização do setor postal. Estão previstas mais duas fases, de modelagem e implementação.

Segundo o governo, os estudos afirmam que a venda do controle dos Correios é a melhor alternativa para usuários, governo, empregados e sociedade.

Os estudos da primeira fase indicam que o mercado de correspondências está em declínio, com receita do segmento caindo 28% em 2020. Já as atividades de encomendas cresce de maneira significativa ao longo dos últimos anos, mas ao mesmo tempo vem atraindo concorrência.

O anúncio ocorre no momento em que a política de privatizações, um dos pilares do modelo do ministro da Economia, Paulo Guedes, sofreu um golpe com a intervenção do governo na Petrobras.

Dias depois, Bolsonaro foi ao Congresso levar a MP que abre caminho para a desestatização da Eletrobras, uma forma de tentar mostrar que as privatizações seguirão adiante.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, anunciou a chamada "Infra Week", uma série de leilões na B3 entre 6 e 8 de abril que incluem 22 aeroportos, uma ferrovia (Fiol) e 5 terminais portuários (quatro no MA e um no RS).

Embora já estivessem no cronograma do PPI, o evento é uma forma de mostrar ao mercado que o programa de concessões continua seu curso. **Rábio Pupo e Julio Wiziack**

**Veículo:** Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 17/03/21 - **Cidade/UF:** SP  
**Título:** Setor produtivo vê precipitação em alta forte dos juros **Impacto:** Neutro



# Setor produtivo vê precipitação em alta forte dos juros

### Estimativas de inflação perto de limite da meta põem pressão sobre o BC, que deve elevar Selic nesta quarta

Eduardo Cuelco

SÃO PAULO O risco de estouro da meta de inflação deste ano entrou no radar dos investidores. Na avaliação de muitos economistas, no entanto, o repique dos índices de preços ao consumidor é temporário e não demanda uma ação do Banco Central neste momento de incertezas sobre os impactos da pandemia na economia brasileira.

A preocupação com a alta de juros se dá principalmente no setor produtivo, que vê riscos de uma piora na situação financeira de empresas e famílias, inclusive com risco de aumento da inadimplência e cortes de investimentos. O boletim Focus do BC publicado nesta semana mostra que as projeções dos economistas para este ano são de uma inflação (índice oficial de inflação) de 4,6% neste ano. Entre as cinco instituições com maior percentual de acerto nas projeções, a estimativa é de 5,12%. A meta de inflação é de 3,25%, com intervalo de tolerância de até 5,25%.

Nesta quarta (17), o Copom (Comitê de Política Monetária) define o futuro da Selic, hoje em 2% ao ano. A expectativa no mercado é de uma alta para até 2,75%, chegando a 4,5% no fim do ano.

“Se o BC é independente de verdade, não precisa dar satisfação aos juros agora e é desnecessário. A inflação vai cair. Pode subir 2,25 [ponto percentual] agora, esperar e, talvez mais 0,25 depois para mostrar que está atento à inflação”, afirma Carlos Thadeu de Freitas, chefe da Direção Econômica da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo). Para o economista, que já foi diretor do BC, é provável que o IPCA fique próximo de 5% neste ano, mas a expectativa é de queda em 2022, em um cenário em que a inflação de serviços continuará baixa por causa da falta de demanda.

Freitas afirma que, em 2022, o auxílio emergencial contribuiu para que houvesse repasses dos preços do atacado para o varejo, mas que o valor previsto para o benefício neste ano representa pouco mais de 2% das vendas do varejo.

“É necessário subir um pouco os juros para o BC controlar que está atento, para que a inflação não fuja do controle, mas o governo tem de ser expansionista, não pode ser contractionista. Em outros países, o juro vai ficar baixo”. Jonathan Goulart, gerente de Estudos Econômicos da Firjan (Federação das Indústrias do

Estado do Rio de Janeiro), diz que o Brasil vive um novo pico da Covid-19 que está fazendo a atividade mostrar novamente sinais de fraqueza e deve impedir mais repasses de pressão de custos para o consumidor.

Para ele, enquanto não houver clareza sobre o que está acontecendo na economia real, qualquer decisão de aumento de juros pode ser precipitada. Por isso, seria melhor que o BC esperasse mais tempo para avaliar o cenário. “A gente está em um período de pandemia, não sabe quais serão os efeitos dessa segunda onda. E preciso entender se o aumento de inflação de custos vai ser repassado para a economia como um todo”, afirma.

“Com os últimos dados mostrando que a recuperação está arrefecendo, é o momento de manter ainda uma política monetária que favoreça a expansão da atividade”. O economista Pedro Bossi, professor do Instituto de Economia da Unicamp, diz que um aumento de juros contraria a própria lógica do regime de metas, uma vez que não há pressão de demanda e é grande a ociosidade de fatores de produção, com capacidade ociosa na indústria de sempre elevados.

“Subir os juros é uma decisão frágil. Você está considerando um choque de custos que já aconteceu, que vai se dissipar, e está ignorando um choque [negativo] de demanda que está vindo por causa do agravamento da pandemia. Você está olhando para trás, não para a frente”, diz Rossi.

Para ele, a única justificativa para subir juros seria uma tentativa de basear uma valorização do real, algo que estaria em desacordo com o regime de metas. Além disso, possivelmente não daria resultado, dado que o principal determinante da flutuação do dólar real é o cenário externo. Rossi afirma que a moeda nacional tende, historicamente, a se desvalorizar mais que as outras divisas emergentes em períodos de incerteza, assim como tende a ganhar mais valor nos períodos de bonança, certamente será uma decisão equivocada. Subir a taxa de juros com o nível de desemprego atual e a inoperância do governo no combate à pandemia só prejudicaria mais a economia e a população.

Os defensores da elevação da taxa de juros afirmam que, por consequência, ingressaria mais capital no país e taxa de câmbio se reduziria, ajudando a evolução da taxa de inflação, que está acima da meta; se as reformas tivessem sido encaminhadas, a pressão sobre os preços seria menor, e

**Leia mais sobre os juros nas pág. A15, A16, A19 e A21**

# Elevação pode interromper o repasse do atacado para o varejo

OPINIÃO

Marcelo Kfoury Muinhos  
Professor e coordenador do Centro Macro-Bancário da FGV EESP

O BC deve começar nesta quarta-feira (17) o processo de normalização da política monetária após um período expansionista de caráter extraordinário. A Selic a 2%, no seu mínimo histórico, significava juros reais (descontada a inflação) no território negativo. Porém, houve aceleração recente na inflação, impossibilitando juros tão baixos.

A necessidade de ajuste nos juros se deve ao choque de elevadas proporções, que incide sobre os preços no atacado. Tal choque colocou os IGPs no patamar de 30% em 12 meses. O motivo foi o aumento dos preços das commodities em reais. O preço se elevou muito no exterior,

devido aos estímulos fiscais e monetários, o que propiciou recuperação das economias centrais.

Além disso, houve depreciação acentuada do real devido aos gastos no combate a pandemia, que foram necessários, mas fragilizaram as contas públicas. A relação dívida bruta/PIB subiu 9 pontos percentuais, sendo uma das mais altas entre os emergentes.

O índice de preços ao atacado está subindo 40% nos últimos 12 meses. A mais recente leitura do IPCA traz aumento de 3,2% no mesmo período. Desde o Plano Real não há uma discrepância tão alta em termos relativos entre os IGPs e o IPCA. A expectativa de inflação em agosto passado para a inflação de 2021 era de 3%. No Focus mais recente, essa expectativa se elevou para 4,6%, bem acima do cenário meta deste ano (3,25%).

Pertanto, a autoridade monetária necessita iniciar o processo de normalização dos juros, mesmo no pior momento da segunda onda da pandemia, por isso o fará de maneira gradual.

Para não agravar o quadro de atividade econômica, o BC deve começar a subir a Selic de maneira gradual, em passos de 0,5 ponto percentual, chegando, na minha previsão, em 5% ao fim do ano.

Caso o BC não aumente os juros, haverá maior repasse, efeitos de segunda ordem dos aumentos, e a inflação vai se generalizando. O choque atinge primeiramente os produtos que têm componentes importados, como os panificados, além da gasolina e outros que acompanham os preços internacionais. Se o BC não reagir, esses choques primários passarão para os salários e para os

outros preços da economia, gerando uma percepção de desconrole da inflação.

A meta principal da autoridade monetária é perseguir estabilidade de preços. Num momento como o atual, há um certo dilema em subir os juros, num período em que provavelmente o desemprego voltará novamente a subir. Entretanto, o custo social em termos de crescimento de produto será maior ao postergar o ajuste. Se a inflação fugir muito da meta, o custo de desinflacionar a economia será maior do que se combater o choque inflacionário no presente momento.

Reformas e ajustes nos gastos públicos podem diminuir o risco fiscal embutido na curva de juros e no câmbio, propiciando uma apreciação do real, diminuindo a magnitude do repasse da inflação do atacado para o varejo, diminuindo assim a necessidade do ajuste na Selic. Porém, com agravamento da pandemia, será difícil cortar gastos, e parte do ajuste na inflação será inevitavelmente feito com a alta dos juros.

# Mexer na Selic agora daria prova cabal de negacionismo econômico

OPINIÃO

José Luis Oreiro  
Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília

Há muito tempo venho insistindo em meus artigos que o debate econômico no Brasil se processa como se nosso país tivesse caído numa falha de espaço tempo (peço as devidas vénias aos físicos por me intrometer na sua esfera), tendo sido transportado para um universo paralelo onde as leis econômicas funcionam ao contrário do universo de referência.

A pressão que os economistas e analistas do mercado financeiro têm feito, por intermédio da grande mídia, para que o BC retome imediatamente a “normalização” da política monetária, com um “ajuste” (ou seja, elevação) da Selic, é mais uma demonstração da minha tese de que habitamos um universo paralelo.

No universo de referência —aquele em que habitam o Federal Reserve, o Banco Central Europeu, o Bank of England e o Banco do Japão— não há ninguém, fora de alguma clínica psiquiátrica, que defenda uma elevação dos juros no meio da maior contração do nível de atividade desde a Grande Depressão de 1929. Mas, no universo B do Banco Central do Brasil,

ao que tudo indica, o Copom deverá retomar o processo de elevação dos juros com vistas à (sic) normalização das condições monetárias.

Os economistas do universo paralelo advoam duas razões para isso. A primeira é que o BC teria ido longe demais no processo de redução dos juros em 2020, o que levou a um aumento da inclinação da curva de juros, ou

seja, a uma elevação da taxa de juros de longo prazo relativamente à de curto prazo dado que o mercado, atento ao crescente desequilíbrio fiscal da economia brasileira, estaria precipitando uma elevação futura da Selic.

A redução excessiva da Selic em 2020 também teria levado a uma redução do diferencial de US\$ 1,9 trilhão nos EUA.

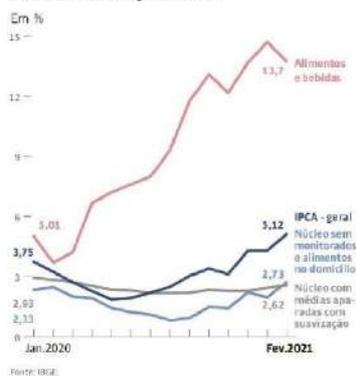
No Brasil, a curva de juros “imbicou” porque o BC decidiu não intervir na parte longa da curva de juros sob o argumento de não produzir (sic) artificialismos na estrutura de juros da economia.

Quanto à aceleração recente da inflação, o gráfico ao lado mostra que a elevação da média móvel dos últimos 12 meses do IPCA foi resultado basicamente da alta extraordinária dos preços de alimentos e bebidas.

Isso mostra, portanto, que a aceleração da inflação foi devida a um choque de oferta negativo, o qual não pode ser combatido via elevação de juros, cuja função é reduzir pressões via demanda, inexistente no momento.

Elevar os juros nesse contexto será prova cabal de negacionismo econômico.

Evolução da média móvel nos últimos 12 meses dos índices de inflação no Brasil



# Aumento na taxa básica seria cloroquina da política econômica

OPINIÃO

Nelson Marconi  
Professor da Escola de Administração de São Paulo da FGV. Foi coordenador do programa de governo de Ciro Gomes nas eleições presidenciais de 2010

O mercado deseja, em um só momento, o aumento da Selic, fazendo manobra cerrada sobre o Copom. Se optar pela alta, certamente será uma decisão equivocada. Subir a taxa de juros com o nível de desemprego atual e a inoperância do governo no combate à pandemia só prejudicaria mais a economia e a população.

Os defensores da elevação da taxa de juros afirmam que, por consequência, ingressaria mais capital no país e taxa de câmbio se reduziria, ajudando a evolução da taxa de inflação, que está acima da meta; se as reformas tivessem sido encaminhadas, a pressão sobre os preços seria menor, e

o peso dos juros e do câmbio sobre a inflação, idem.

Concordo que a taxa de câmbio está em um patamar um pouco acima do necessário, mas a alta na taxa de juros não mudará esse cenário. Desde agosto a Selic encontra-se estável no patamar de 2%, portanto já são sete meses e o câmbio tem oscilado bastante, mais até do que em períodos anteriores em que a Selic era mais alta.

Para termos uma noção dessa volatilidade, a taxa de câmbio correspondia a R\$ 5,27 em 4 de agosto, atingiu R\$ 5,36 em 4 de novembro, depois caiu até R\$ 5,26 em 16 de dezembro, subindo novamente até R\$ 5,71 no dia 9. Parece evidente que não há relação entre o comportamento dos juros e de câmbio nesse período, a não ser que as taxas em outros países também tivessem oscilado na direção de

alta e baixa de forma acentuada, o que não ocorreu.

Essa movimentação do câmbio está, na verdade, associada à ausência de perspectiva na política econômica, no combate à pandemia, na estabilização da relação de vida/PIB a longo prazo e na conjuntura política, reforçada pela existência de um dos maiores mercados futuros de câmbio do planeta, que possibilita uma série de operações especulativas que se aproveitam desse cenário.

Em relação à inflação, por sua vez, a pressão forte dos alimentos se deveu à alta dos preços das commodities no exterior, o que também pressionou o preço de insumos industriais e, mais recentemente, dos combustíveis. Daí perguntar: qual a influência direta da alta das taxas de juros sobre esses preços? Nenhum! Já conheço em os impactos

negativos do controle da taxa de câmbio, visando a sua valorização, sobre o setor produtivo e os empregos mais qualificados da economia.

Quando olhamos o comportamento da inflação, vemos que o pico das variações ocorreu entre setembro e dezembro, que foram decisivas para determinar a variação de 5,2% nos últimos 12 meses até fevereiro. Neste último mês, o impacto mais incisivo decorre da alta dos combustíveis.

A inflação de serviços —importante sinal do comportamento da demanda, sobre a qual a taxa de juros exercerá influência— subiu em fevereiro devido ao reajuste das mensalidades escolares, típico desse período. Novamente, qual a influência dos juros sobre a definição dos períodos de reajuste de mensalidades? Zero! Subir os juros no atual cenário equivale a aceitar o cenário para quem está na UTI. Só piorar um cenário já deteriorado. Inibirá mais os investimentos produtivos e elevará o custo de financiamento da dívida. É um atentado contra a economia brasileira.



**Veículo:** Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 17/03/21 - **Cidade/UF:** SP  
**Título:** Empresas de aplicativos respondem a críticas de entregador **Impacto:** Neutro

# Empresas de aplicativos respondem a críticas de entregador

Eduardo Sodré

SÃO PAULO Grupos de conversa ligados a executivos das empresas de transporte por aplicativo andaram movimentados no fim de fevereiro.

O motivo foi o vídeo em que Paulo Roberto da Silva Lima, 31, o Galo, membro do grupo Entregadores Antifascistas, falou de sua experiência como entregador.

O depoimento faz parte da série "E Eu? - O Jornalismo Precisa me Ouvir", um dos projetos especiais dos 100 anos da Folha. No vídeo, Galo reclama das três principais representantes do setor de delivery: iFood, Rappi e Uber Eats.

Entre outras queixas, diz ter sido bloqueado injustamente pela Uber. Também afirma que iFood e Rappi deixaram de passar pedidos para ele depois de ter sido destaque de reportagem da Exame em que fazia críticas às empresas. "A gente chama de bloqueio branco. Eles não te bloqueiam oficialmente para não dar problema jurídico, mas você para de receber pedido."

Procuradas pela Folha, as empresas optaram por se manifestar via Amobitec (Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia).



Entregadores de aplicativos na av. Paulista, em SP, nesta terça-feira (17) Matilde Missionário/Folhapress

Segundo a entidade, as afiliadas já disponibilizaram mais de R\$ 200 milhões em ações que alcançaram mais de 1 milhão de parceiros.

"Entre essas ações, estão programas de distribuição e reembolso de equipamentos de proteção individual como máscaras e produtos de este-

rilização; apoio financeiro para parceiros diagnosticados ou com suspeita de Covid-19; desconto ou gratuidade em serviços médicos e farmacêuticos; programas de reconhecimento que até duplicaram o valor das gorjetas recebidas por entregadores; centros de higienização para a limpeza gratuita de veículos e mochilas

de entrega; entre outras."

A associação afirma que as empresas disponibilizam seguro contra acidentes pessoais, gratuito e automático durante o uso dos apps, cujas apólices cobrem até R\$ 15 mil em despesas de saúde. "Para casos de invalidez permanente total ou parcial, ou fatalidade, a cobertura é de até R\$ 100 mil."

## Uber define motoristas como funcionários no Reino Unido

SAN FRANCISCO E LONDRES | FINANCIAL TIMES A Uber vai reclassificar seus motoristas no Reino Unido como funcionários, acatando parcialmente uma decisão recente da Suprema Corte, mas provavelmente iniciando nova rodada de disputas sobre o que deve ser considerado "horário de trabalho" na economia compartilhada.

A decisão significa que os 70 mil motoristas da Uber no Reino Unido terão direito a pagamento de férias equi-

valente a 12,07% de seus rendimentos e registro automático em um esquema de aposentadoria ligado à empresa.

No entanto, a mudança poderá fazer pouca diferença nos ganhos principais dos motoristas. A Uber vai garantir que eles recebam menos o salário mínimo oficial, após despesas, pelo tempo em que estiverem realizando corridas — mas não incluirá o tempo em que não estiverem atendendo a clientes.

A mudança de classificação não se estende aos entregadores de comida da Uber Eats, que continuam autônomos. Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

A SPDM – ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA – HOSPITAL DE TRANSPLANTES DR. EURYCLIDES DE JESUS ZERBINI, convida as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico nº 011/2021, a ser realizado para a contratação de empresa especializada em fornecimento de kits de aferese com comodato de equipamentos. Para informações e condições de participação favor acessar o site [www.pudlinexo.com.br/privado](http://www.pudlinexo.com.br/privado)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHEMBI**  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 - AVISO DE EDITAL  
DATA DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: Dia 30/03/2021 às 09:30 horas. CRÉDENCIAMENTO: A partir de 09:30 horas do dia 30/03/2021. A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHEMBI/SP, convida a quem possuir interesse, que encontra-se aberto na Divisão de Licitação e Processo Licitação para realização do Pregão Presencial nº 004/2021 cujo objeto é o registro de preços para aquisição de medicamentos de "a" a "z", constantes na tabela CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos) publicada no dia 01/03/2021, para uso nas unidades de Saúde do Município, pelo prazo de 12 (doze) meses. O edital completo está à disposição no Departamento de Licitação no Paço Municipal, sito à Praça Prefeito Anhemil Morato de Anhemil, nº 07, bairro Centro, na cidade de Anhemil, Estado de São Paulo ou no site [www.anhemil.sp.gov.br](http://www.anhemil.sp.gov.br) e demais informações poderão ser obtidas pelo fone (11) 3884-8020, com Camilla e ainda pelo e-mail: [licitacao@anhemil.sp.gov.br](mailto:licitacao@anhemil.sp.gov.br). Anhemil/SP, 16 de março de 2021. LINDEVAL AUGUSTO MOTTA – Prefeito Municipal.

**Veículo:** O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 17/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/2  
**Título:** Agenda de reformas avança **Impacto:** Neutro

# AGENDA DE REFORMAS AVANÇA

Além de aprovar medidas de combate ao coronavírus, Legislativo garante que PECs tributária e administrativa vão tramitar até o fim do ano, o que permitirá um ambiente propício de negócios e de retomada da economia no pós-Covid

Embora a pandemia traga obstáculos à atividade legislativa, os presidentes da Câmara e do Senado reforçaram, durante o seminário on-line “E agora, Brasil?”, a importância de dar sequência à agenda de reformas, com a tramitação ainda neste ano das Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) tributária e administrativa. As medidas, no entendimento de Arthur Lira (PP-AL) e de Rodrigo Pacheco (DEM-MG), são consideradas importantes por parlamentares, entidades e membros da sociedade civil para criar

um ambiente propício de negócios e de retomada da economia no pós-Covid, bem como para aliviar o orçamento público em um momento de crise.

Na avaliação de Lira, presidente da Câmara, a atual legislatura representa uma “janela de oportunidades”, por se tratar em sua avaliação de um “Congresso reformista”, empenhado na simplificação e desburocratização de normas tributárias. O tema é debatido em comissão mista, presidida pelo senador Roberto Rocha (PSD-MA) com

relatoria do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), formada com o objetivo de unificar propostas apresentadas na Câmara e no Senado. Segundo Lira, o objetivo é submeter o texto à sanção do presidente Jair Bolsonaro até o fim deste ano.

— Esta talvez seja a reforma mais importante, porque vai significar menos burocracia, mais simplificação e segurança jurídica para o investidor, trazendo um rumo normal de previsibilidade para empresas. Penso que o prazo estabelecido, de seis a oito meses (até a aprovação), é plenamente possível para um Congresso reformista —disse Lira.

No evento, Lira explicou que o objetivo é aprovar a reforma tributária “possível” em um ano de pandemia, com limitações ao encontro presencial de parlamentares.

**Veículo:** O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 17/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/2  
**Título:** Agenda de reformas avança

## CONSTRUÇÃO COLETIVA

Na avaliação do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, o texto da reforma tributária precisará ser construído “a três mãos” por Executivo, Legislativo e Judiciário, em parceria com a sociedade civil, para assegurar que os pontos aprovados não fiquem sujeitos a modificações via resoluções executivas ou liminares judiciais.

— Estou muito otimista com a reforma tributária dentro da realidade que temos, de escolher um modelo que vai desagradar a alguns e agradar a outros. Não é a arte de conquistar, mas sim de ceder. Será um teste a todo instante, de quem é capaz de ceder para termos um sistema tributário mais lógico e enxuto —afirmou.

Lira e Pacheco citaram a aprovação da reforma da Previdência, em 2019, e da

reforma trabalhista de 2017 como exemplos de que o Congresso é capaz de chegar a “denominadores comuns” na pauta reformista.

Já o projeto da reforma administrativa, enviado pelo governo federal ao Congresso no ano passado, iniciou sua tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara nesta semana, com a designação da relatoria. O projeto prevê, entre outros pontos, que o benefício da estabilidade no setor público fique restrito às chamadas carreiras típicas do Estado, o que tende a permitir enxugamentos na folha.

## CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Para o presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), José Roberto

Tadros, é fundamental que o esforço no combate à pandemia seja acompanhado por medidas que permitam a retomada econômica.

—O Brasil tem urgência de vencer a Covid-19, mas também de retomar o caminho do crescimento sustentável no pós-pandemia. O Congresso vai desempenhar papel fundamental nessa retomada, com a definição de uma pauta alinhada com os anseios da população e das forças produtivas. O presidente da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, mostraram que estão bem sintonizados com as demandas da sociedade e conscientes dos grandes desafios que temos pela frente.



Modo Répl...



Salvar



Mais



Gostei



Não gostei

**Veículo:** O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 17/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF  
**Título:** Aval para privatização de Eletrobras **Impacto:** Neutro

## AVAL PARA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

Legislativo também sinaliza que venda dos Correios é uma das prioridades



Torres de energia. Desestatização da Eletrobras já tramita no Congresso

Aproposta de capitalização da Eletrobras, apresentada pelo governo do presidente Jair Bolsonaro na forma de uma medida provisória, tem o apoio tanto do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) quanto do presidente da Câmara, Arthur Lira

(PP-AL). Os dois parlamentares avaliaram como razoável o modelo que prevê uma redução da participação da União na estatal, responsável por 30% da energia do país, por meio da emissão de novas ações vendidas no mercado.

— É uma medida tolerável sob o ponto de vista da inteligência de mercado, de conciliar a preservação de um ativo que pertence a todos os brasileiros, mas que seja um ativo valorizado pela possibilidade de competitividade daquela empresa da qual a União participa —destacou Pacheco.

O texto estabelece a possibilidade de veto da União em decisões estratégicas

(golden

Share) e que nenhum acionista poderá ter mais de 10% do capital da Eletrobras. Para o presidente da Câmara, a solução encontrada pelo governo é uma forma mais “branda” de enfrentar o tema das privatizações. Lira pontuou que o texto deve sofrer ainda modificações na Casa, mas que deve ser entregue ao Senado “muito antes do prazo combinado”, com tempo suficiente para que seja discutido entre os senadores.

O parlamentar ressaltou que pela tramitação da capitalização da Eletrobras não ocorrer como proposta de emenda à Constituição (PEC), mas por medida provisória, deve ter sua aprovação facilitada. O primeiro passo, segundo Lira, que é a nomeação de um relator, o deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), já foi dado.

Rodrigo Pacheco declarou ser a favor das privatizações, mas defendeu que elas sejam analisadas caso a caso. Na sua avaliação, algumas empresas estatais altamente lucrativas precisam, na verdade, de uma governança pública assemelhada à governança corporativa do setor privado.

— Não pode haver um entreguismo do patrimônio nacional, mas o patrimônio nacional não pode ser preservado a qualquer custo, inclusive da competitividade — ressaltou o presidente do Senado.

O presidente da Câmara sinalizou que a privatização dos Correios também está entre as prioridades da Casa e revelou que o deputado Gil Cutrim (sem partido-MA) deve ser nomeado relator do projeto esta semana. Lira defendeu ainda que o Congresso faça debates sobre uma eventual desestatização do

controle da Petrobras, em um modelo semelhante ao discutido para a Eletrobras, com redução da participação da União na empresa:

— Tem que ver na ponta do lápis. Com muita calma, penso que o Congresso é o lugar ideal para essas discussões sejam travadas.

Já Pacheco ponderou que há setores que são estratégicos, como o de energia, e avaliou ser possível conciliar a necessidade de não se perderem ativos importantes nacionais e dar competitividade às estatais por meio de concessões, capitalizações e parcerias público-privadas.



Modo RépL.



Salvar



Mais



Gostei



Não gostei

**Veículo:** O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 17/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/2  
**Título:** A pauta do congresso em 2021 **Impacto:** Neutro

## A PAUTA DO CONGRESSO EM 2021

+1

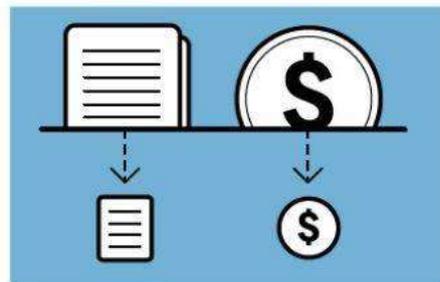
Vacinação contra a Covid-19 e medidas com impacto na economia encabeçam prioridades do Legislativo

### COMPRA DE VACINAS

Lei apresentada pelo senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e sancionada por Bolsonaro no último dia 10, dá segurança jurídica para que a União, estados e municípios assumam riscos de efeitos colaterais de imunizantes, além de permitir à iniciativa privada a compra de vacinas para complementar o Plano Nacional de Imunização (PNI).

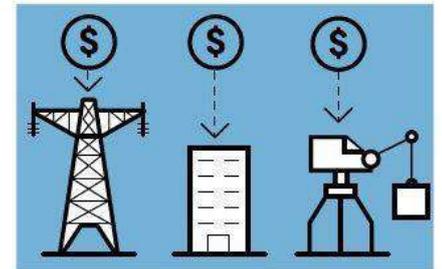
### COMISSÕES DA COVID-19 NO CONGRESSO

O Senado formou, no último mês, uma



comissão temporária de acompanhamento de ações do governo federal no combate à pandemia, incluindo a vacinação. A comissão funcionará por 120 dias. Na Câmara, o presidente Arthur Lira (PP-AL) debate uma ação semelhante, mas que inclua os governadores, membros das duas Casas, do Executivo e do Judiciário.

### COBRANÇAS AO MINISTÉ-

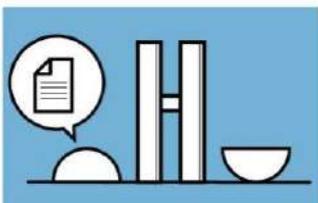


No último dia 9, Lira e Pacheco enviaram ofício ao Ministério da Saúde solicitando informações sobre cronograma de vacinação e aquisição de insumos para os imunizantes, incluindo o planejamento em caso de imprevistos. Segundo Pacheco, a resposta servirá de base para futuras cobranças ao governo federal.

### AUXÍLIO EMERGENCIAL

A PEC 186, promulgada pelo Congresso nesta segunda-feira, permitirá a retomada do pagamento do auxílio emergencial por mais quatro meses,

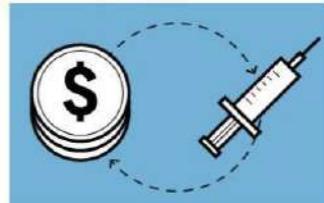
**Veículo:** O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 17/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/2  
**Título:** A pauta do congresso em 2021



além de criar gatilhos fiscais com o objetivo de dar segurança aos gastos de estados e municípios durante a crise sanitária e econômica.

### AGENDA DE REFORMAS

A comissão mista que trata da reforma tributária deve ter, ainda neste semes-



tre, um parecer consolidando propostas que tramitam na Câmara, de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), e no Senado, apresentada por Davi Alcolumbre (DEM-AP). A expectativa de Lira é que a tramitação leve até oito meses. Já a reforma administrativa, enviada pelo governo em 2020, começa a tramitar nesta semana na CCJ

da Câmara.

### PRIVATIZAÇÕES

Projetos enviados neste mês pelo governo federal para capitalização da Eletrobras e privatização dos Correios já têm relatoria definida na Câmara. No caso da estatal de energia, articulado via medida provisória, o Congresso terá 120 dias para análise. Lira pretende enviar o texto ao Senado, já com as devidas alterações, até 20 dias antes do fim do prazo. O presidente da Câmara se diz favorável ainda a medida semelhante em relação à Petrobras.



Modo Rép...



Salvar



Mais



Gostei



Não gostei



**Veículo:** O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 17/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF  
**Título:** CNC aponta prioridades para retomada econômica **Impacto:** Neutro

### CNC aponta prioridades para retomada econômica

Instituição destaca propostas fundamentais para impulsionar o desenvolvimento enviadas pelo Executivo ao Congresso Nacional



José Roberto Tadros está confiante na geração de empregos a partir da reforma tributária

Medidas de equilíbrio das contas públicas e geração de emprego e renda serão fundamentais para a retomada

da economia, e cabe ao Congresso Nacional a responsabilidade da votação das propostas do governo. Nesse cená-

rio voltado para a recuperação do setor produtivo e a melhoria do ambiente de negócios, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) listou os projetos que, se aprovados, darão impulso ao setor terciário e abrirão caminho para um novo ciclo de desenvolvimento.

Entre as 35 propostas enviadas pelo Executivo ao Congresso como prioritárias, a CNC destaca as reformas tributária e administrativa, a PEC Emergencial e os marcos legais de setores como eletricidade, gás natural, ferrovias e navegação de cabotagem (veja as prioridades abaixo).

A simplificação do sistema fiscal, com unificação dos tributos sobre o consumo, é um passo essencial no caminho para a retomada econômica. A CNC é favorável à reforma, sem aumento da carga tributária e sem

prejuízo às empresas e aos trabalhadores.

— Estou confiante de que a reforma vai contribuir para a geração de empregos e renda e para a recuperação da economia. Nosso propósito é colaborar com ideias e reflexões nesse sentido e algumas das nossas sugestões já foram, inclusive, acatadas pelo governo — afirma o presidente da Confederação, José Roberto Tadros, que lidera grupo de trabalho criado pela CNC para analisar os projetos de reforma tributária.

Outra prioridade, a PEC Emergencial, que propõe medidas de controle das despesas obrigatórias e reequilíbrio fiscal, será decisiva para a recuperação da confiança dos investidores, na avaliação de Tadros:

— É preciso se atentar à dívida pública

interna e evitar o aumento da carga tributária. É fundamental garantir um ambiente de segurança jurídica e o fortalecimento da democracia, com poderes harmônicos, mas independentes entre si, para que o Brasil seja reconhecido como um país moderno, dinâmico e ativo.

Um novo Código Comercial e o marco legal das start-ups também são fundamentais para levar modernidade e inovação à economia. Para recuperar confiança e aposta no futuro, porém, será essencial, na análise da CNC, um novo modelo de Estado, com a reforma administrativa: menos custo para a sociedade, mais eficiência na administração pública.



## Clippings

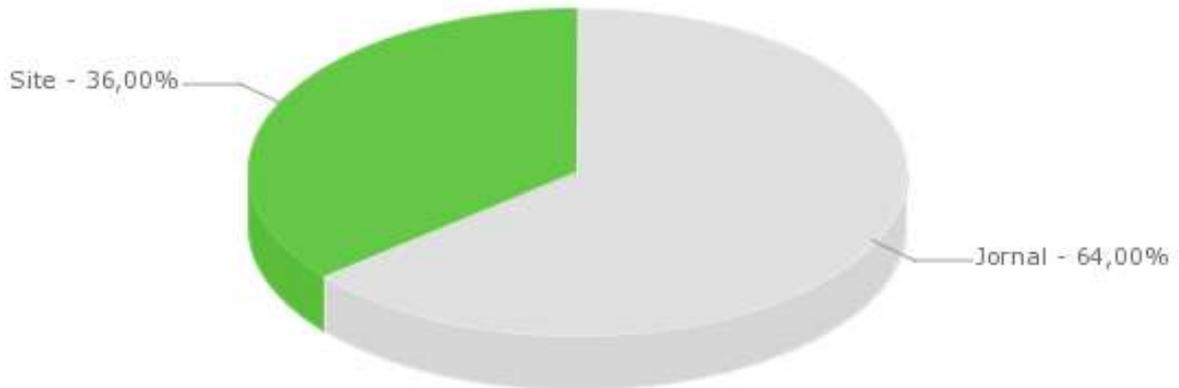
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
16/03/21	Grande Ponto	Site	Natal	RN	Fecomércio e Sebrae levam 'SOS Protocolos' ao comércio de Macaíba	Positivo	Matéria		B			
16/03/21	Senadinho Macaíba	Site		RN	Fecomércio e Sebrae levam 'SOS Protocolos' ao comércio de Macaíba	Positivo	Matéria		B			
16/03/21	Macaíba no Ar	Site		RN	Fecomércio e Sebrae levam 'SOS Protocolos' ao comércio de Macaíba	Positivo	Matéria		B			
16/03/21	Senac RN	Site		RN	Mesários das eleições terão descontos em cursos do Senac RN	Positivo	Matéria		A			
16/03/21	TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site			Fecomércio e Sebrae levam 'SOS Protocolos' ao comércio de Macaíba	Positivo	Matéria		B			
16/03/21	TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site			Fecomércio RN apoia campanha que visa destinar parte do imposto de renda ao fundo municipal da infância e adolescência de Natal	Positivo	Matéria		B			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
16/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Relicitação do Aeroporto Aluizio Alves será discutida em sessão virtual no dia 12 de abril	Neutro	Matéria		A			
17/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Produtores de eventos cobram mais ações	Neutro	Matéria		A			
17/03/21	Estadão	Jornal		DF	PEC do auxílio emergencia l cria nova regra com limite para a dívida pública	Neutro	Matéria		A			
17/03/21	Estadão	Jornal		DF	FMI e Banco Mundial querem prorrogar dívidas de pobres	Neutro	Matéria		A			
17/03/21	Estadão	Jornal		DF	Lista de cotados a presidir a Eletrobrás tem 3 'de casa'	Neutro	Matéria		A			
17/03/21	Estadão	Jornal		DF	Economia fraca põe pressão sobre BC	Neutro	Matéria		A			
17/03/21	Estadão	Jornal		DF	País abre em janeiro 260 mil vagas de emprego formal	Neutro	Matéria		A			
17/03/21	Estadão	Jornal		DF	Em expansão País,	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					energias renováveis ganham frente parlamentar no Congresso							
17/03/21	Estadão	Jornal		DF	Com pandemia, venda de alimento saudável bate R\$ 100 bi	Neutro	Matéria		A			
17/03/21	Estadão	Jornal		RJ	Economia fraca põe pressão sobre BC	Neutro	Matéria		A			
17/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Avisamos ao presidente que interferir na Petrobras teria custo pesado, diz Guedes	Neutro	Matéria		A			
17/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Setor produtivo vê precipitação em alta forte dos juros	Neutro	Matéria		A			
17/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Cesta básica fica 33% mais cara sob Bolsonaro, e lista de compras encolhe	Neutro	Matéria		A			
17/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Empresas de aplicativos respondem a críticas de entregador	Neutro	Matéria		A			

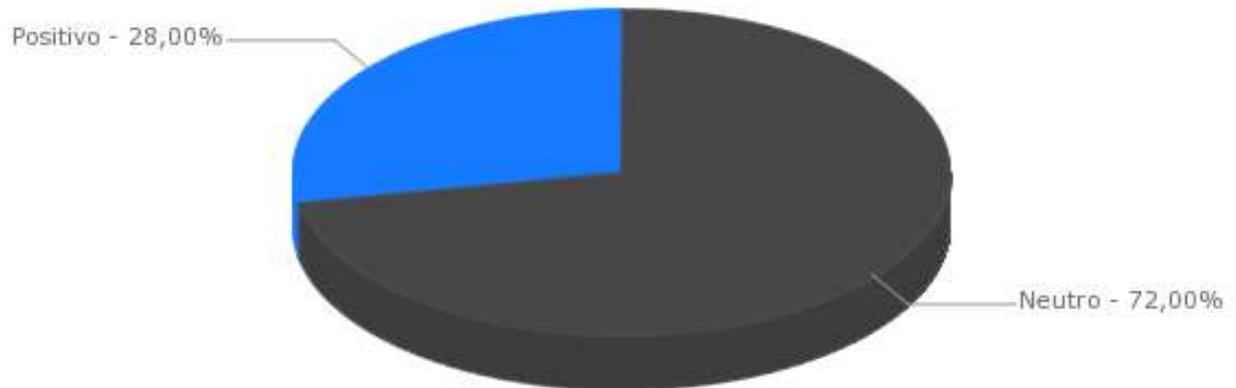
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
17/03/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Agenda de reformas avança	Neutro	Matéria		A			
17/03/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Aval para privatização de Eletrobras	Neutro	Matéria		A			
17/03/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	A pauta do congresso em 2021	Neutro	Matéria		A			
17/03/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	CNC aponta prioridades para retomada econômica	Neutro	Matéria		A			
17/03/21	Agora RN	Site	Natal	RN	Fecomércio RN apoia campanha que visa destinar parte do imposto de Renda ao Fundo Municipal da infância de Natal	Positivo	Matéria		A			
<b>Qtde.: 25</b>												

### Clippings por Tipo de Mídia



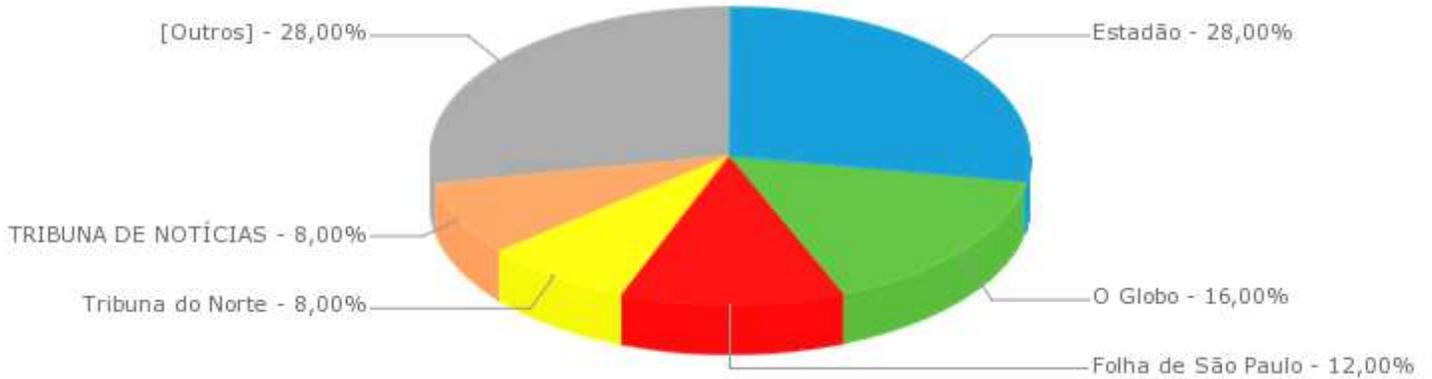
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	16	64,00 %
Site	9	36,00 %
		<b>Total: 25</b>

### Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	18	72,00 %
Positivo	7	28,00 %
		<b>Total: 25</b>

### Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
Estadão	Jornal	7	28,00 %
O Globo	Jornal	4	16,00 %
Folha de São Paulo	Jornal	3	12,00 %
Tribuna do Norte	Site	2	8,00 %
TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site	2	8,00 %
Agora RN	Site	1	4,00 %
Grande Ponto	Site	1	4,00 %
Senac RN	Site	1	4,00 %
Folha de São Paulo	Jornal	1	4,00 %
Estadão	Jornal	1	4,00 %
Senadinho Macaíba	Site	1	4,00 %
Macaíba no Ar	Site	1	4,00 %
<b>Total:</b>			<b>25</b>